



*Rio Branco:
100 Anos de Memória*





Ministério das Relações Exteriores

Embaixador Antonio de Aguiar Patriota
Ministro de Estado das Relações Exteriores

Embaixador Ruy Nunes Pinto Nogueira
Secretário-Geral das Relações Exteriores

Fundação Alexandre de Gusmão

Embaixador Gilberto Vergne Sabóia
Presidente

Embaixador José Vicente de Sá Pimentel
Diretor do Instituto de Pesquisa de Relações Internacionais

Embaixador Maurício Eduardo Cortes Costa
Diretor do Centro de História e Documentação Diplomática

Rio Branco: 100 anos de memória

Embaixador Manoel Antonio da Fonseca Couto Gomes Pereira
Coordenador do Comitê Executivo para a celebração do primeiro centenário da morte do Barão do Rio Branco

Ministro Luís Cláudio Villafañe Gomes Santos
Curador

Centro de História e Documentação Diplomática – CHDD
Pesquisa

Maria do Carmo Strozzi Coutinho
Coordenação de pesquisa e documentação

Rita Loureiro (ALM Apoio à Cultura)
Design e projeto gráfico

Ana Lucia Mota (ALM Apoio à Cultura)
Produção executiva

Acervos:

Academia Brasileira de Letras, Arquivo Geral da Cidade do Rio de Janeiro, Arquivo Histórico do Itamaraty, Arquivo Nacional, Biblioteca Histórica do Itamaraty, Câmara dos Deputados, Centro de História e Documentação Diplomática, Centro Técnico Audiovisual/Ministério da Cultura, Cúria Metropolitana do Rio de Janeiro, Diretoria do Patrimônio Histórico e Documentação da Marinha do Brasil, Escola de Música da Universidade Federal do Rio de Janeiro, Escola Técnica Estadual de Teatro Martins Pena, Fundação Biblioteca Nacional, Fundação Casa de Rui Barbosa, Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, Jornal do Brasil, Mapoteca do Itamaraty, Museu Histórico e Diplomático do Itamaraty, Museu Histórico Nacional, Museu da Imagem e do Som, Museu da República, Real Gabinete Português de Leitura, Rede Globo, Santa Casa de Misericórdia do Rio de Janeiro.

Agradecimentos:

Embaixador Vasco Mariz, Jussara Valladares, Luiz Antonio de Almeida, Mário Figueiredo, Roberto Carvalho de Araújo.



Ministério das
Relações Exteriores





Rio Branco: 100 Anos de Memória

MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES
FUNDAÇÃO ALEXANDRE DE GUSMÃO



Ministros do quadriênio de Afonso Pena.

Mapoteca do Itamaraty





Bacharel em Direito, jornalista, deputado, estudioso da História e da Geografia do Brasil, cônsul e diplomata (num período em que as duas carreiras eram separadas), José Maria da Silva Paranhos Júnior foi o estadista que conduziu – com determinação, prudência e conhecimento de causa – processos de arbitragem e de negociação que concorreram decisivamente para o estabelecimento pacífico de nossas fronteiras. Como Chanceler, função que desempenhou durante os mandatos de quatro presidentes consecutivos, consolidou a imagem do profissional pragmático, mais afeito ao argumento político do que às especulações abstratas, capaz de ajustar o instrumento de ação às especificidades de cada situação concreta.

É verdade que Rio Branco não escapou aos modos de pensar e aos preconceitos próprios de seu tempo. Mas o fato é que seu legado diplomático persiste, e é esse legado que, objetivamente, recordamos por ocasião do centenário de sua morte.

Para além do encaminhamento de nossas pendências fronteiriças – feito que, de tão plenamente integrado a nossa identidade nacional, pode chegar a passar despercebido pelas gerações mais recentes –, Rio Branco permanece também como exemplo de formulador de política externa. Frente a um cenário internacional que experimentava transformações profundas, notadamente o deslocamento do eixo de poder da Europa para os EUA, soube não apenas apreender o sentido das mudanças como reagir a elas, sem automatismos, para assegurar que o Brasil pudesse interagir com a nova ordem em posição de crescente autonomia. Num momento como o atual, em que o mundo atravessa,



como há um século, redefinições significativas, as qualidades de Paranhos Júnior como analista da realidade e homem de ação constituem lembrança que inspira o presente e aponta para o futuro, no que se refere tanto à integração regional quanto à inserção global do país.

A exposição *Rio Branco: 100 anos de memória*, parte dos esforços do Itamaraty de marcar os cem anos do falecimento do Barão, reúne uma rica iconografia do estadista que, reconhecido em vida como poucos o terão sido, esteve sujeito a toda sorte de representação – pinturas, fotografias, charges. Ao organizar esse material, além de objetos como livros e mapas, a exposição que tenho a satisfação de apresentar reconstrói em imagens a trajetória de um grande brasileiro e nos traz um pouco do sabor de sua época.

6

Antonio de Aguiar Patriota
Ministro das Relações Exteriores



Careta, 5 set. 1908. Autor: J. Carlos
Arquivo Histórico do Itamaraty





V. B.

7

Parte I

Trajetória e Obra





José Maria da Silva Paranhos, Visconde do Rio Branco.

Óleo de Louis Guedy, Paris, 1884.

Museu Histórico e Diplomático

O Visconde do Rio Branco

José Maria da Silva Paranhos (1819-1880) foi a referência dominante na vida do jovem Paranhos Júnior. Um dos maiores políticos do Segundo Reinado, o Visconde do Rio Branco foi ministro dos Negócios Estrangeiros, ministro da Fazenda, ministro da Marinha, ministro da Guerra e, ainda, presidente do Conselho de Ministros de 1871 a 1875. Entre outras reformas importantes, durante o Gabinete Rio Branco foi aprovada, em 1871, a Lei do Ventre Livre. Como parlamentar, foi deputado pela província do Rio de Janeiro e, depois, senador vitalício pela província de Mato Grosso.

A devoção de Paranhos Júnior por seu pai não diminuiu com a morte do Visconde, em 1880, e em inúmeras vezes o segundo Rio Branco justificou suas ações dizendo:

“Procedo neste caso, como teria procedido meu Pai”

9

Esboço feito por Rio Branco para monumento em honra ao pai, na penúltima das muitas páginas em branco de um diário do Visconde.

Coleção Visconde do Rio Branco, Arquivo Histórico do Itamaraty



Infância e família



José Maria da Silva Paranhos, Visconde do Rio Branco.
Museu Histórico e Diplomático

10



Paranhos Júnior aos 5 anos.
Coleção Roberto Paranhos do Rio Branco



Teresa da Silva Paranhos, Viscondessa do Rio Branco.
Mapoteca do Itamaraty



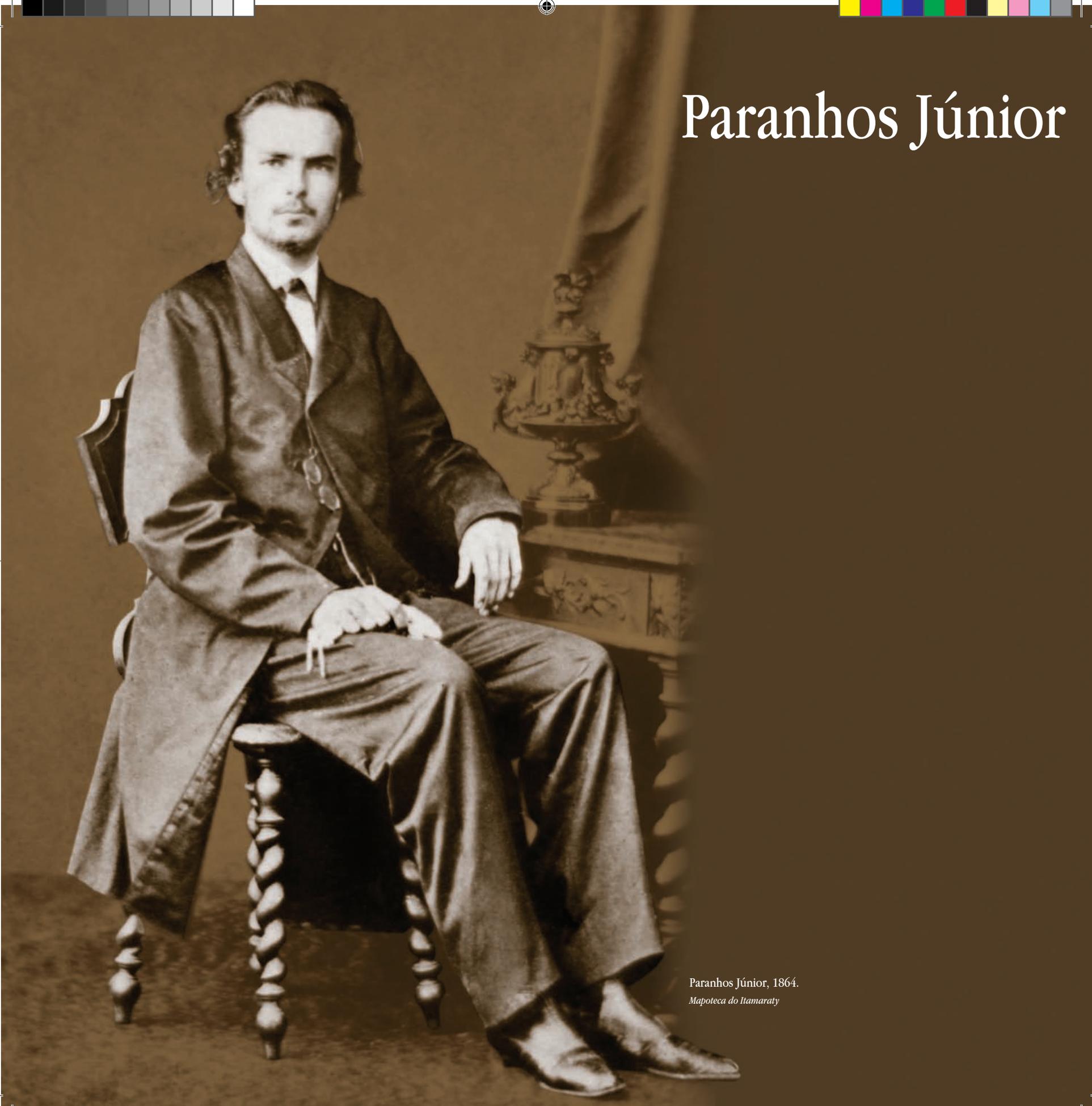
Irmãos de Juca Paranhos: Maria Luísa, João Horácio, Augusta Amélia.
Mapoteca do Itamaraty

José Maria da Silva Paranhos Júnior nasceu em 20 de abril de 1845 no sobrado de sua família na antiga Travessa do Senado, que hoje se chama Rua Vinte de Abril em sua homenagem. Juca foi o primogênito dos nove filhos do Visconde do Rio Branco e sua esposa Teresa de Figueiredo Paranhos. Ainda criança, Juca começou a conhecer as grandes personalidades do Segundo Reinado nas reuniões na casa de seus pais. Também a diplomacia foi aprendida em casa: o menino Juca acompanhou o Visconde a Montevideú nos dois anos em que ele dirigiu a representação diplomática do Brasil no Uruguai.

“A minha partida para Montevideú foi a 23 de novembro de 1852 a bordo do paquete Prince. Eu tinha 7 1/2 anos. Fui em companhia de minha mãe e de minhas irmãs Luísa e Amélia”

Casa onde nasceu Rio Branco, na rua Vinte de Abril, 14, no Rio de Janeiro.

Foto: Gustavo Cassano

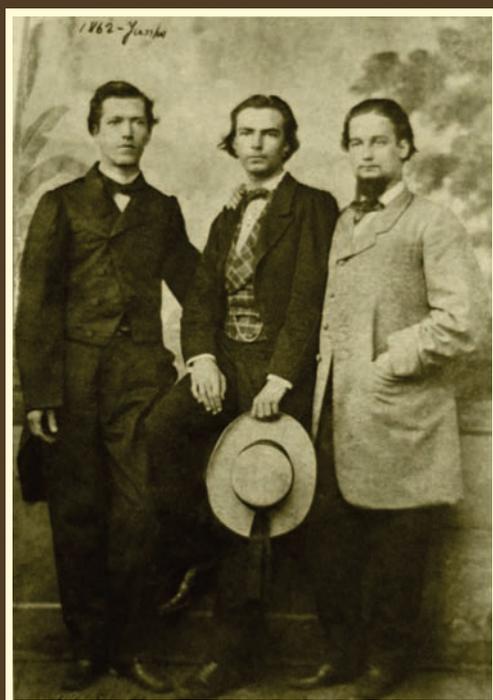


Paranhos Júnior

Paranhos Júnior, 1864.
Mapoteca do Itamaraty

estudante

Terminada a missão de seu pai em Montevideu, aos dez anos Juca voltou ao Rio de Janeiro e foi estudar no Colégio Pedro II. Aos dezessete, em 1862, matriculou-se na Faculdade de Direito de São Paulo. Na capital paulista morou em uma república na Rua do Riachuelo e, depois, na Rua do Meio (hoje Rodrigo Silva). No quinto ano, como era comum então, transferiu-se para o Recife, onde se formou, em 21 de novembro de 1866. Ao fim do curso, ganhou doze contos de réis em um bilhete de loteria e, com esse dinheiro, viajou, pela primeira vez, para a Europa.



Paranhos estudante de Direito em São Paulo, com colegas.

Mapoteca do Itamaraty

“Quando fui rapaz, acostumei-me também a viver com muito pouco porque meu Pai não tinha fortuna. Já lhe contei que, tendo casa, comida e roupa lavada, uma vez em que me excedi um pouco, passei seis meses com 10\$00 apenas”

O boêmio

14

De volta ao Rio de Janeiro, Paranhos Júnior adquiriu fama de boêmio dançando polcas e valsas nos bailes do Cassino Fluminense. O jovem Paranhos divertia-se com os amigos nos teatros e cafés-concertos da noite carioca. No Alcazar, em 1872, conheceu a jovem corista belga Marie Stevens, com quem, no ano seguinte, teve seu primeiro filho. Marie foi, depois, sua esposa, mãe de seus cinco filhos e sua companheira até falecer em 1898. Na época, o escândalo de sua união livre com uma artista ameaçou sua carreira política e dificultou sua nomeação como cônsul em Liverpool. Os preconceitos e o moralismo da Corte carioca voltaram-se contra o filho do Visconde e a nomeação para o consulado tardou quase um ano e só foi assinada pela Princesa Isabel, na ausência do Imperador.

O boêmio Paranhos reclamou para um companheiro:

“Tudo o que é fácil para os outros é difícil, senão impossível para mim”



Marie Philomène Stevens.
Mapoteca do Itamaraty



Paranhos Júnior deputado

Por influência do pai, Paranhos Júnior foi eleito deputado pela província de Mato Grosso em duas legislaturas, 1869-1872 e 1872-1875. Nesse segundo período, seu pai assumiu a presidência do Conselho de Ministros e comandou o governo. O deputado Paranhos era, no entanto, tímido e pouco participou dos debates parlamentares. Defendeu as reformas feitas pelo Ministério Rio Branco nos bastidores e, principalmente, pela imprensa, no jornal *A Nação*.

No Império, o voto não era universal, mas exclusivo aos que percebiam uma determinada renda e eram poucas as pessoas habilitadas a votar. Em sua primeira eleição, Paranhos não chegou a visitar Mato Grosso para fazer campanha junto aos 138 eleitores habilitados a eleger os dois deputados da província. Com bom humor, Paranhos Júnior resumiu a situação para um amigo:



Paranhos Júnior, em 1875.
Mapoteca do Itamaraty

15

“Veremos agora se a Província de Mato Grosso quererá ter a honra de eleger-me...”





"Ora! o Sr. Vianna saindo do Diário! Não é indiscrição perguntar, lhe para onde vai?
"Oh! por certo... o tempo está lindo... E os Sr. que sahem da Nação para onde se dirigem?
"Oh! por certo... o calor... quando vier... mas o tempo vai lindo!"

Caricatura retratando a saída
de Paranhos Júnior e Gusmão
Lobo do jornal A Nação.

A Vida Fluminense, 20 nov. 1875.
Autor: Falstaff

Coleção Visconde do Rio Branco,
Arquivo Histórico do Itamaraty

Paranhos Júnior jornalista

Desde cedo, Paranhos Júnior esteve envolvido com a imprensa. Ainda como estudante, no Recife, escreveu no jornal *O Vinte e Cinco de Março*, dirigido pelo monsenhor Pinto de Campos, onde juntou ao jornalismo sua paixão pela história: por meses o jornal publicou um “Estudo sobre a Política do Brasil no Prata”, cuja autoria credita-se ao jovem Paranhos. Colaborou com a revista francesa *L'Illustration*, enviando notas e desenhos para explicar a Guerra do Paraguai do ponto de vista do Brasil.

De volta à capital do Império, já deputado, dividiu com Gusmão Lobo a redação do jornal *A Nação*, porta-voz da opinião do Partido Conservador, de Paranhos, pai e filho.

Mais tarde, de seu posto na Europa, colaborou com o *Jornal do Brasil*, fundado por seu amigo Rodolfo Dantas. Além de matérias

não assinadas, Paranhos era responsável pela coluna chamada “Efemérides Brasileiras”.

Como ministro das Relações Exteriores, revolucionou as relações do poder com a imprensa carioca. Íntimo de editores e jornalistas, frequentava as redações, colaborava com argumentos e contra-argumentos sobre a política internacional,

redigia editoriais e, sob pseudônimo, escrevia artigos defendendo e, mesmo, atacando suas políticas para alimentar polêmicas. Nessa época, o Barão publicou matérias na maior parte dos jornais então existentes: o *Jornal do Brasil*, *O Paiz*, a *Gazeta de Notícias*, *A Tribuna*, o *Jornal do Commercio*, *A Nação*, o *Correio da Noite* e o *Correio da Manhã*.



Primeira página do jornal *A Nação*, 2 set. 1873.
Biblioteca Nacional

“– Ah! O senhor leu? Achou terrível o artigo? Pois fui eu que o escrevi, e aqui está a réplica para ser publicada amanhã...”



Rio Branco e o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro

18

Em novembro de 1866, Paranhos Júnior foi proposto para membro do então Instituto Histórico, Geográfico e Etnográfico do Brasil, a principal instituição cultural e científica do Império. No ano seguinte, com apenas 22 anos, ele foi aceito, tendo apresentado para sua admissão seu “Esboço Biográfico do General José de Abreu, Barão do Cerro Largo”, publicado em 1868 no tomo XXXI, parte segunda, da revista trimestral do Instituto. O trabalho de Rio Branco ainda hoje pode ser lido no sítio da Revista do IHGB (<http://www.ihgb.org.br/rihgb.php>), a mais antiga publicação científica das Américas ainda em circulação.

Ao publicar seu artigo, Paranhos Júnior acrescentou uma nota explicativa que revela seu senso crítico em relação ao estilo do jovem de 20 anos, que tinha quando escreveu o texto:

“Este trabalho foi escrito quando seu autor cursava ainda as aulas da faculdade de direito de S. Paulo. A isso, e à rapidez com que foi traçado, deve-se sobretudo o desalinho da frase e outras faltas, que sem dúvida o leitor desculpará. Se esta memória pode aspirar a algum merecimento, é unicamente ao de ocupar-se de alguns pontos da nossa história, sobre os quais nada se tem escrito até hoje”

De volta ao Brasil, já ministro das Relações Exteriores, Rio Branco retomou seu convívio com o Instituto e, em novembro de 1907, foi eleito presidente do IHGB, depois reeleito, até que, em 27 de novembro de 1909, foi proclamado Presidente Perpétuo do Instituto.

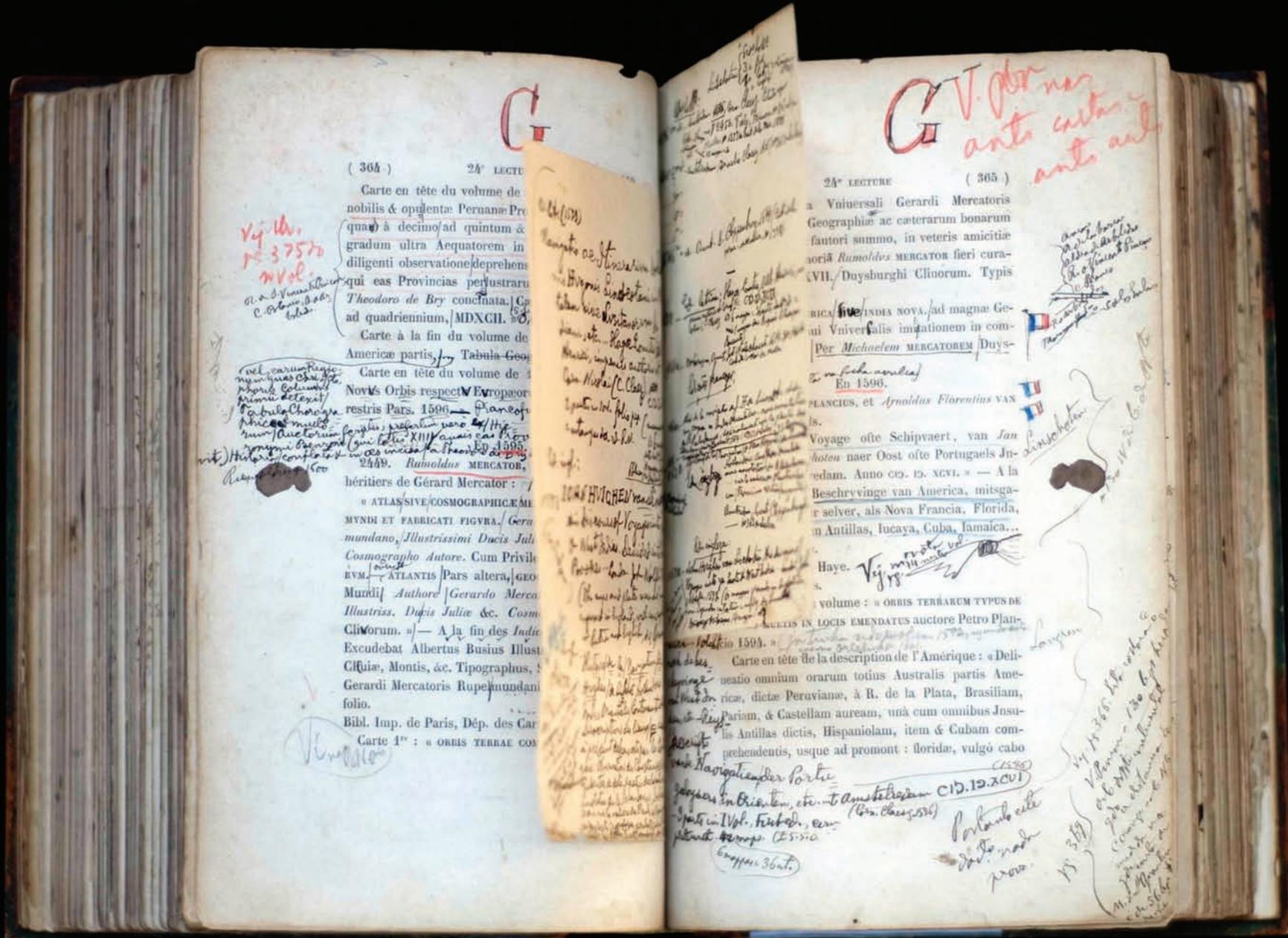




Biblioteca do Barão do Rio Branco em Auteuil, Paris (c. 1898).

Mapoteca do Itamaraty





Exemplar da obra de Joaquim Caetano da Silva, "L'Oyapoc et L'Amazone", anotado por Paranhos Júnior.

Biblioteca Histórica do Itamaraty



Rio Branco historiador

A boa repercussão dos comentários de Paranhos Júnior aos capítulos do livro de Schneider sobre a Guerra do Paraguai, publicados no jornal *A Nação*, fez com que o ministro da Guerra, João José de Oliveira Junqueira Júnior, encomendasse a Paranhos uma edição comentada do livro do estudioso alemão, que retificasse os comentários antibrasileiros. Entre setembro e dezembro de 1875, Paranhos completou o primeiro volume e, no ano seguinte, o segundo. O terceiro volume, no entanto, seria terminado muito depois, na República, e dele já não se encontram exemplares.

Paranhos sempre se dedicou aos estudos da história e geografia do Brasil. Ao longo dos anos, reuniu uma importante biblioteca, além de uma vasta quantidade de mapas e documentos relativos ao Brasil, que buscou em arquivos e bibliotecas de toda Europa. Manteve intensa correspondência com historiadores, como Capistrano de Abreu, e com políticos e militares no Brasil: Caxias, Osório, Barroso, Porto Alegre e muitos mais. Nessa troca de cartas, discutia os eventos históricos e reunia depoimentos inéditos dos principais personagens da história do Império, que pretendia utilizar na publicação de um livro sobre a história militar e diplomática do Brasil que, no entanto, nunca chegou a escrever. Desse esforço, resta apenas o manuscrito dos dois primeiros capítulos, publicados postumamente na *Revista Americana*, em 1916.



No momento final do Império, participou de duas grandes obras coletivas de divulgação do Brasil: o verbete relativo ao país na *Grande Enciclopédia*, organizada por Levasseur, e o livro *Le Brésil en 1889*, preparado para a Exposição Universal de Paris. Rio Branco foi, ainda, o verdadeiro autor de uma biografia do Imperador, publicada em 1889: “*Dom Pedro II, Empereur du Brésil*”, assinada por Benjamin Mossé.

22



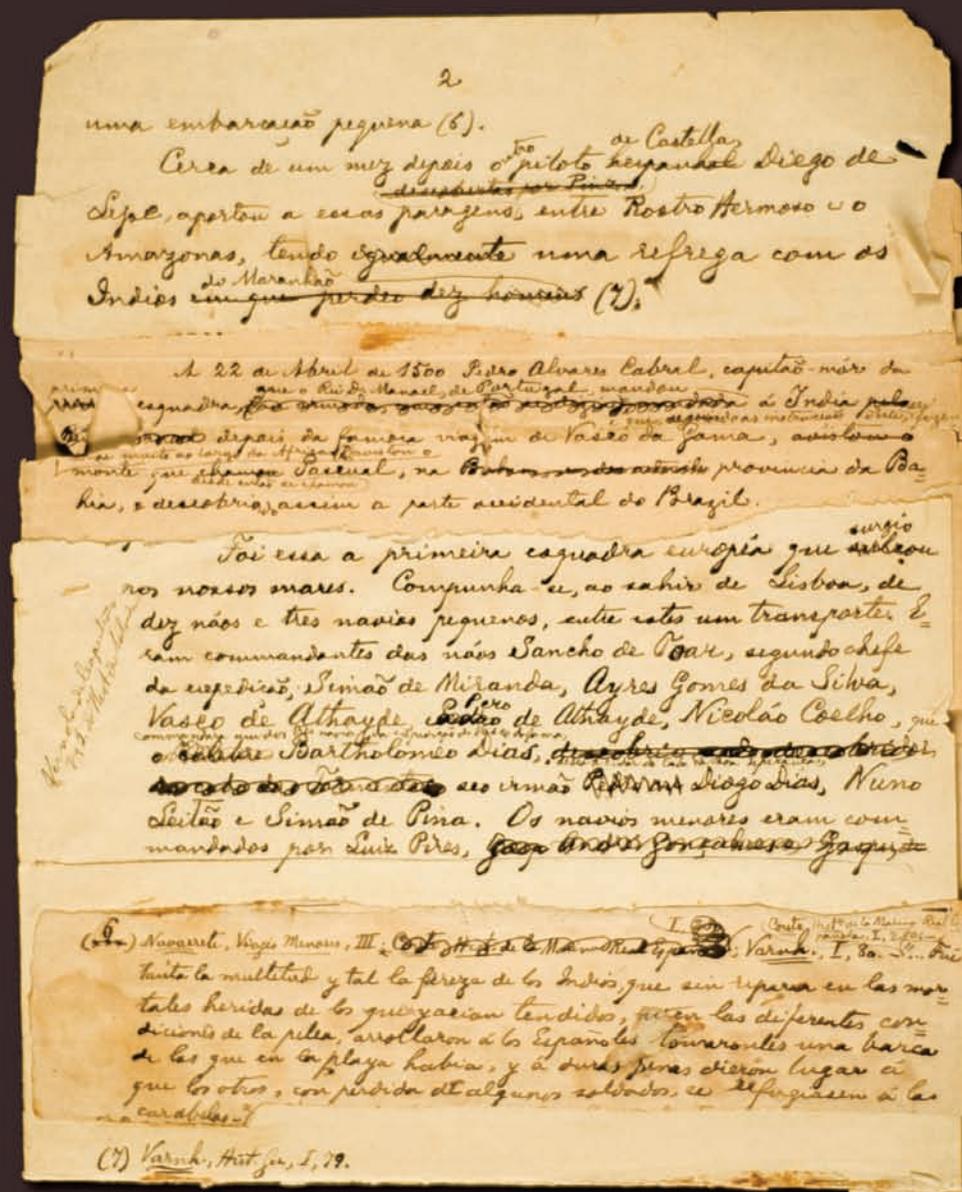
Exposição Internacional de Paris, 1889. Sentados, da esquerda para a direita: Barão do Rio Branco, Eduardo Prado, Santa Anna Nery, Ramalho Ortigão. Em pé: Domício da Gama, Visconde de Cavalcanti, Ladislau Neto, Barão da Estrela e Barão de Albuquerque.

“Dom Casmurro”, edição especial de Natal, 1945. p. 49. Mapoteca do Itamaraty

“Realizado este projeto passarei a tratar do meu antigo trabalho (...), isto é, a nossa História Militar e Diplomática no Rio da Prata desde a fundação da Colônia até a separação da Cisplatina em 1828”



O livro que não foi escrito



Arquivo Histórico do Itamaraty

A “História Militar e Diplomática do Brasil”, que Rio Branco almejou escrever, nunca ficou pronta. Dela só resta o manuscrito de uma primeira versão dos dois capítulos iniciais, postumamente publicados na *Revista Americana*, em 1916.

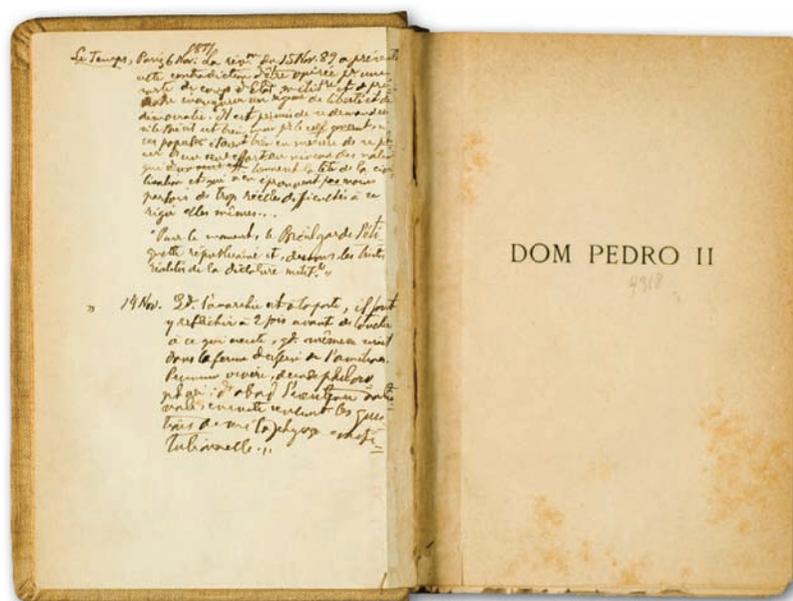


Biblioteca Histórica do Itamaraty

Por encomenda do ministro da Guerra, a edição brasileira do livro *A Guerra da Tríplice Aliança contra o Governo da República do Paraguai*, de L. Schneider, foi publicada com notas escritas por Paranhos Júnior.

24

Em 1889, no esforço de promover a monarquia brasileira, três obras são publicadas com a participação de Paranhos Júnior, recém-agraciado com o título de Barão do Rio Branco:



Biblioteca Histórica do Itamaraty

Dom Pedro II, Empereur du Brésil, a biografia de D. Pedro II encomendada ao Grande Rabino de Avignon, Benjamin Mossé, escrita, na verdade, por Rio Branco.

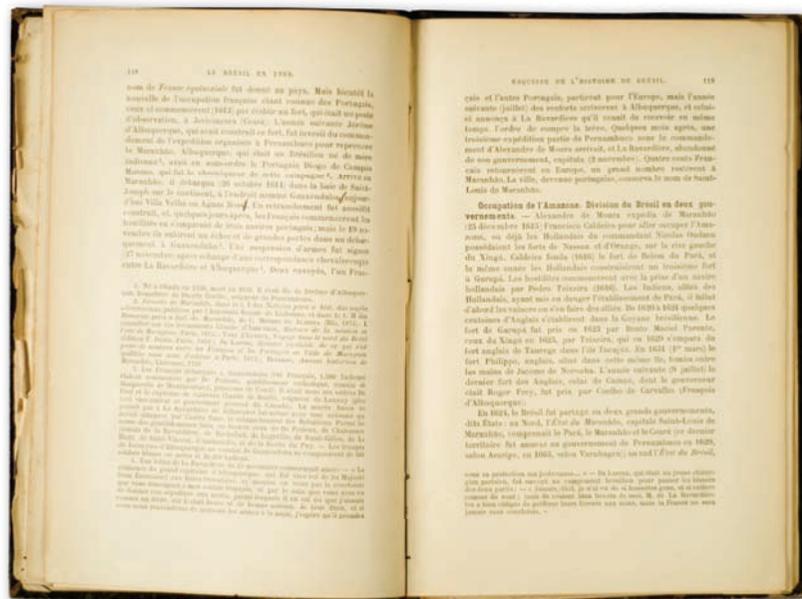




Le Brésil

Biblioteca Histórica do Itamaraty

Verbete relativo ao Brasil na *Grande Encyclopédie*, organizada por Émile Litvasseur. Ademais de Rio Branco, também participaram da obra o Visconde de Ourém, Eduardo Prado, Henri Gorceix, Paul Maury, E. Trousserat e Zaborowski. O trabalho também foi publicado em separata, com o título de *Le Brésil*, sob os auspícios da Comissão Franco-Brasileira para a Exposição de Universal de Paris de 1889.



Biblioteca Histórica do Itamaraty

Para a Exposição Universal de Paris, a Comissão Franco-Brasileira preparou a publicação do livro *Le Brésil en 1889*, coordenado pelo jornalista e historiador Frederico José de Santa Anna Nery (Barão de Santa Anna Nery). Coube a Rio Branco escrever o capítulo sobre a história do Brasil, mais tarde publicado em separata sob o título *Esquisse de l'Histoire du Brésil*. Da obra também participaram, além de Paranhos e do próprio Santa Anna Nery, vários outros autores: Ladislau Neto, MacDowell, Leitão da Cunha, Eduardo Prado, Ferreira de Araújo, Gorceix, Fávila Nunes, Barão de Tefé.



A atribulada remoção

26

Em junho de 1875, o Visconde do Rio Branco apresentou sua demissão do Gabinete. A Câmara dos Deputados foi dissolvida pelo Imperador e Paranhos Júnior não voltou a se candidatar. Em seguida, abandonou o jornal *A Nação*. Era o fim do deputado e o início de um longo intervalo na vida do jornalista.

O novo Gabinete era chefiado por um amigo da família, o Duque de Caxias, e Paranhos Júnior candidatou-se à vaga de cônsul em Liverpool, cujo antigo titular havia falecido. Mas, a fama de namorado e o escândalo de sua relação com Marie Stevens quase lhe custaram o cargo. D. Pedro II resistiu ao pedido, desgostoso com a imagem de boêmio do candidato, e a nomeação só foi assinada na ausência do Imperador, pela Princesa Isabel, em 27 de maio de 1876. O jovem Paranhos viveu quase um ano de incertezas e angústia antes de vestir o fardão de cônsul.

Paranhos Júnior, em carta ao ministro dos Negócios Estrangeiros, o Barão de Cotegipe, chegou a reclamar da má vontade de Pedro II:

“Vossa Excelência há de, além disso, convir que é para constranger, a certeza de que eu não possa obter uma nomeação dessas, senão na ausência do Imperador”





27

Paranhos Júnior vestindo o fardão de cônsul-geral.

Mapoteca do Itamaraty



O cônsul em Liverpool

28



Barão do Rio Branco, 1888.

Mapoteca do Itamaraty

Mesmo fiel ao seu espírito indômito e boêmio, Paranhos dedicou-se ao trabalho consular e à promoção das exportações brasileiras; reorganizou a rotina do consulado em Liverpool para que este pudesse funcionar a contento mesmo durante suas ausências, que algumas vezes prolongavam-se além do permitido pelos regulamentos. Fixou sua família em Paris, cidade que visitava com frequência.

Quando, por acaso, encontrava com algum brasileiro nas ruas de Paris, tinha na ponta da língua a mesma explicação:

“Cheguei ontem e volto amanhã”

Exposição em São Petersburgo

Em 1883, Paranhos foi indicado para chefiar o Pavilhão do Brasil na Exposição de São Petersburgo, que se realizou no ano seguinte.

Paranhos, como de hábito, trabalhou incessantemente durante o quase um mês que durou a exposição. Ocupou-se especialmente da promoção do café brasileiro naquele novo mercado. O sucesso de seu trabalho na Rússia valeu-lhe o título de Conselheiro do Império, graças à indicação do então ministro da Agricultura, Afonso Pena, também Conselheiro do Império e que depois, como presidente, teria Rio Branco como companheiro na “República dos Conselheiros”.

29



Pavilhão brasileiro da Exposição Internacional de Horticultura de São Petersburgo, maio de 1884.

Mapoteca do Itamaraty

“Acredito muito no poder da publicidade pela imprensa, pelos anúncios convenientemente espalhados”

Anexo a Com. Federal nº 4, 2º Livro, de 21 de Junho, dirigido
pelo Ministério da Guerra ao Ministério da Guerra

A Questão de Palmas

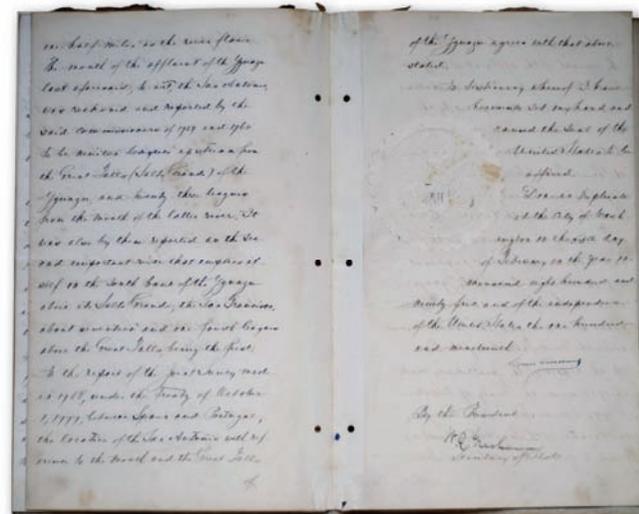


Carta Reduzida
da que foi organizada
pela
Comissão Mixta
Brazileira e Argentina
concedida em virtude do tratado
de
28 de Setembro de 1885.



O rio Vermelho, o rio e o território
 reclamado pela República Argentina até 1885.
 O rio azul mostra o que aconteceu
 em 1885, logo depois da guerra de
 Paraguai, quando o rio Vermelho
 mudou de curso e não o Choptim.
 O tratado para o Arbitramento
 foi assinado em 14 de Setembro de 1885,
 quando, portanto, já se conhecia que a
 pretensão argentina tinha avançado
 até ao Jangadeiro.

A. B.



Sentença proferida pelo presidente Grover Cleveland na Questão de Palmas
Arquivo Histórico do Itamaraty

Ao lado, mapa da área em litígio anotado por Rio Branco
Mapoteca do Itamaraty

31

A estrela de Paranhos Júnior começou realmente a brilhar a partir de sua nomeação, em 1893, para advogado do Brasil na arbitragem, a cargo do presidente dos Estados Unidos, relativa ao território de Palmas, disputado entre o Brasil e a Argentina. Chegou a Nova York em 24 de maio daquele ano e em fevereiro de 1894 entregou ao árbitro quatro volumes com sua exposição sobre os direitos do Brasil naquela questão. A sentença do presidente Cleveland saiu em 6 de fevereiro de 1895 e seu laudo foi totalmente favorável ao Brasil.

A vitória transformou Rio Branco em uma celebridade. Um contemporâneo, Constâncio Alves, resumiu: “Ele saiu da penumbra para a glória, como um rio que, depois de um curso subterrâneo, inesperadamente, desenrolasse à luz do sol uma corrente já majestosa”.

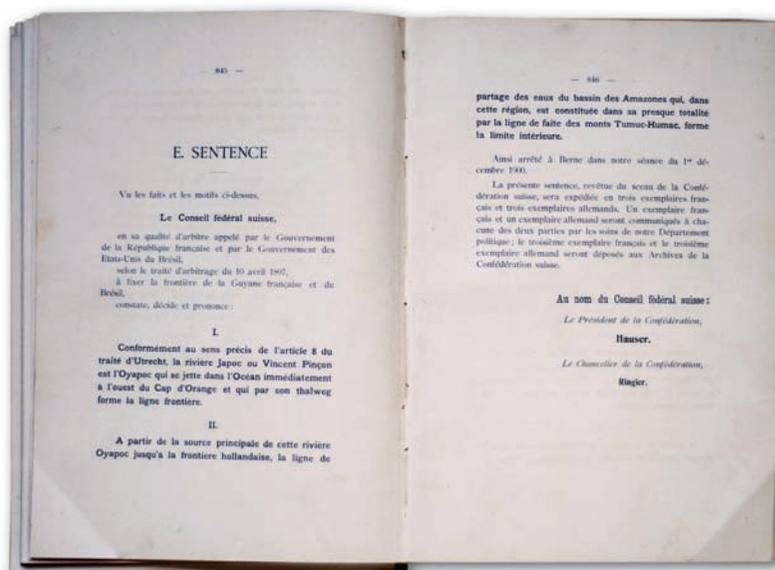
Rio Branco recusou os convites para celebrar no Rio de Janeiro o êxito alcançado, mas ao agradecer os cumprimentos do advogado argentino ressaltou que considerava a decisão do árbitro uma “solução honrosa e pacífica; um acontecimento feliz para ambas as nações”.

A Questão do Amapá

Em 1897, quando se decidiu que a fronteira com a Guiana Francesa também seria resolvida por arbitragem, desta vez tendo o governo suíço como juiz, o nome de Paranhos Júnior, advogado vitorioso na Questão de Palmas, despontou como candidato natural para defensor do Brasil nessa nova causa.

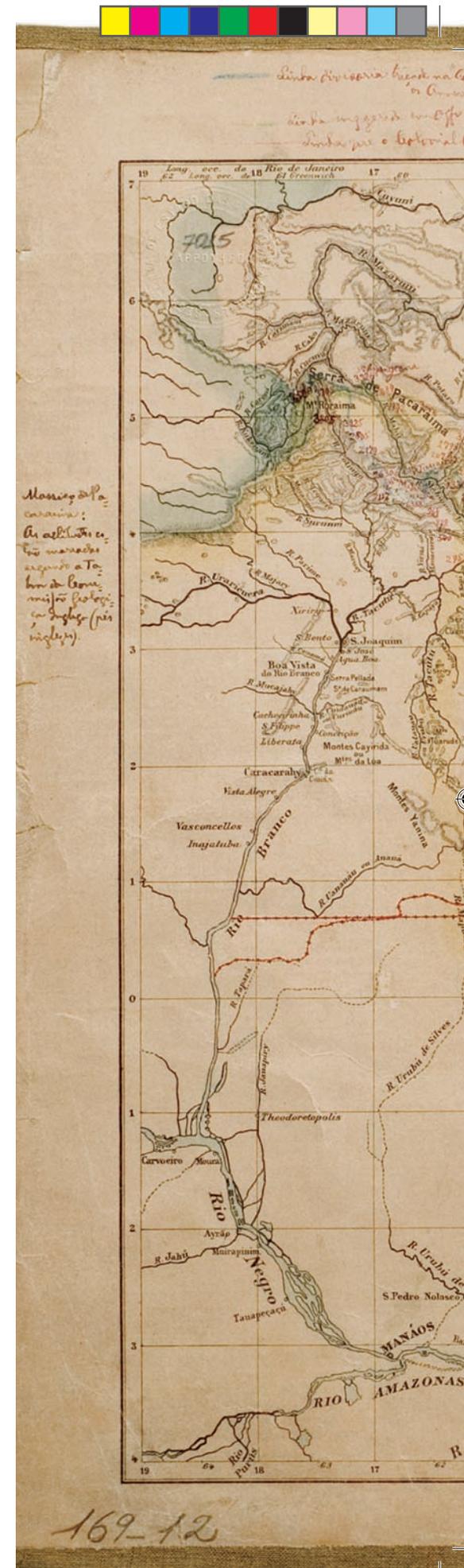
Em abril de 1899, Rio Branco entregou sua primeira memória, composta de cinco grossos volumes. Nos oito meses seguintes, escreveu uma “réplica” à memória preparada pelos advogados franceses e, em dezembro de 1899, entregou a segunda memória, em seis volumes, entre texto, documentos e mapas. Em 1º de dezembro de 1900, o Conselho Federal Suíço anunciou seu veredito em favor do Brasil.

32



Sentença proferida pelo Conselho Federal Suíço na Questão do Amapá
Arquivo Histórico do Itamaraty

Ao lado, mapa da região anotado por Rio Branco
Mapoteca do Itamaraty





Cadernos de Notas

34

Os cadernos de notas, ou “cadernetas”, do Barão do Rio Branco são uma síntese e a melhor expressão de seu método de trabalho: desordenados, mas ricos em informações e precisos nos detalhes. Rio Branco anotava nos cadernos suas impressões pessoais e registrava fatos e datas, com espírito de historiador. Os temas tratados nos cadernos são variados: desde o registro de telegramas e mensagens trocadas com autoridades, até suas impressões íntimas sobre pessoas e situações de seu tempo. Além de anotações de sua vida privada, gastos, dívidas e haveres, também se encontram desenhos, pequenas caricaturas, listas de pessoas e, mesmo, o arranjo das mesas e listas de convidados para jantares e ocasiões sociais.



A Questão do Acre



Ao chegar ao Rio de Janeiro, em 1º de dezembro de 1902, para assumir o Ministério das Relações Exteriores, Rio Branco foi recebido por uma multidão estimada em dez mil pessoas. Esperava-o também a difícil questão do Acre. Com dificuldades de explorar a região onde hoje se situa o estado do Acre, só acessível pelo rio Amazonas, a Bolívia havia arrendado o território a um consórcio privado internacional, o *Bolivian Syndicate*, composto por investidores ingleses, estadunidenses e franceses. Atraídos pela exploração da borracha, no entanto, a região povoara-se de brasileiros, que, em duas ocasiões, haviam-se revoltado contra o governo boliviano. Para complicar a questão, o Peru também alegava ser dono do território.

A fronteira entre o Brasil e a Bolívia havia sido ajustada pelo Tratado de La Paz de Ayacucho, de 1867, época em que a região era praticamente inexplorada e desabitada. O tratado estabeleceu a fronteira no paralelo de 10º 20', da confluência do Beni e Mamoré, a leste, até as nascentes do Javari, a oeste; "se este tivesse suas nascentes no norte, aquela linha seguiria por uma reta tirada da mesma latitude, a buscar a nascente do mesmo rio". Em 1902, já se sabia que as nascentes do Javari ficavam ao norte do paralelo de 10º 20'. A questão era se a fronteira devia seguir pelo paralelo até a projeção dessas nascentes, mais ao sul, ou por uma linha oblíqua desde a confluência do Beni e Mamoré. A interpretação tradicional do governo brasileiro, desde o Império, tendia para essa segunda opção e, assim, o território do Acre seria indiscutivelmente boliviano.

Acima, chegada de Rio Branco ao Rio de Janeiro, em 1902, na galeota D. João VI.
Mapoteca do Itamaraty

Ao lado, negociadores do Tratado de Petrópolis, 17 nov. 1903. Da esquerda para a direita: Senador Fernando Guachalla, Ernesto Ferreira, Almirante Guilhobel, Assis Brasil, Cláudio Pinilla, Zacarias de Goes, Barão do Rio Branco, Domício da Gama, Campos Paradedda, Raymundo Pecegheiro do Amaral, Paulo Fonseca e EmilioF ernandes.
Mapoteca do Itamaraty



“As combinações em que nenhuma das partes interessadas perde, e, ma



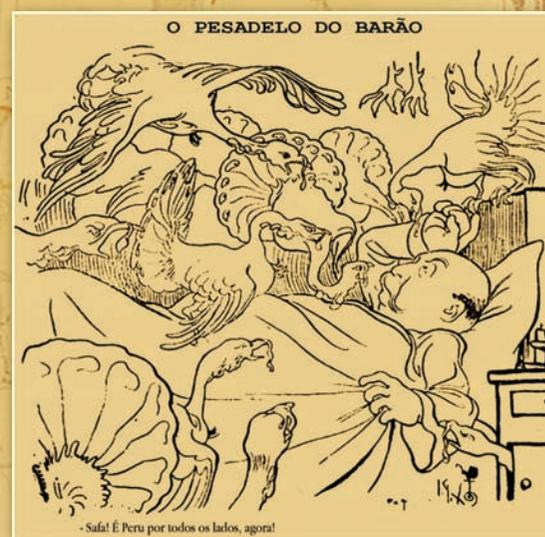
Rio Branco decidiu tratar o problema por partes. Indenizou os acionistas do *Bolivian Syndicate* para afastar qualquer interferência dos Estados Unidos ou dos países europeus na questão. Recusou a proposta peruana de discutir o tema em negociações conjuntas entre Brasil, Bolívia e Peru. Ressalvou os eventuais direitos peruanos, mas acordou negociar primeiro com a Bolívia e, apenas depois de um acordo com La Paz, discutir o tema com Peru.

Em janeiro de 1903, Rio Branco informou ao governo boliviano que o Brasil considerava que a fronteira entre os dois países seguia o paralelo 10° 20' e não a linha oblíqua – ficava claro que havia um território em litígio. Por essa época, brasileiros liderados por Plácido de Castro passaram a dominar toda a região e o presidente boliviano Pando cogitou reprimir a rebelião pela força. Na defesa dos brasileiros, Rio Branco também ameaçou enviar tropas e temeu-se uma guerra, que nenhum dos países queria. Por isso, a partir de julho, as duas partes passaram a negociar na cidade de Petrópolis. Pelo lado brasileiro, Rio Branco, Assis Brasil e Rui Barbosa; pelo lado boliviano, Fernando Guachalla e Cláudio Pinilla. Rui Barbosa acabou por afastar-se da negociação, cuja feliz conclusão, em 17 de novembro de 1903, passou para a história como o Tratado de Petrópolis, pelo qual o Brasil consolidou a posse

de cerca de duzentos mil quilômetros quadrados, habitados por brasileiros, e cedeu à Bolívia pouco mais de três mil quilômetros quadrados, o triângulo Abunã-Madeira, entre os estados do Acre e de Rondônia, além de pequenos trechos na fronteira com o estado do Mato Grosso, zonas habitadas por bolivianos. Dois milhões de libras esterlinas e a construção da ferrovia Madeira-Mamoré foram compensações financeiras que o Brasil também honrou em relação à permuta de territórios.

Para Rio Branco, o ponto crucial da questão estava no fato de o território em litígio estar povoado quase que inteiramente por brasileiros: “se desejamos adquirir o Acre mediante compensação é unicamente por ser brasileira sua população”.

A disputa territorial com o Peru prolongou-se, ainda, por alguns anos. Em 1904 foi alcançado um *modus vivendi* entre os dois países e a solução definitiva para a controvérsia foi alcançada em 1909, com a assinatura do tratado de limites.



Tendo sido assinado, em 1903, o Tratado de Petrópolis com a Bolívia, era necessário também chegar-se a um acordo com o Peru, o que só foi alcançado em 1909. O cartunista retrata Rio Branco tendo pesadelos com perus, em um jogo de palavras com o nome do país que também tinha pretensões a parte do território que hoje é o Acre. Avenida, 23 abr. 1904. Autor: K. Lixto. Coleção de Recortes do Barão do Rio Branco, Arquivo Histórico do Itamaraty

mais ainda, aquelas em que todas ganham, serão sempre as melhores”

Rio de Janeiro no mais breve prazo possível.
Em fé do que nós, os Plenipotenciarios
acima nomeados, assignamos o presente Tratado,
em dois exemplares, cada um nas linguas
portuguesa e castelhana, appondo nelles os
nossos sellos.

Feito na cidade de Petropolis, aos
dezesseis dias do mez de Novembro de mil
novecentos e tres.

Rio Branco

J. P. de Aguiar

Fernando E. Guinaballe

Claudio Pinilla

la ciudad de Rio de Janeiro, en el mas breve plazo posible.
En fé de lo cual nosotros, los Plenipoten-
ciarios arriba nombrados, firmamos el presente
Tratado, en dos ejemplares, cada uno de ellos
en las lenguas portuguesa y castellana, y les
ponemos nuestros respectivos sellos.

Hecho en la ciudad de Petropolis, a
los diez y seis dias del mes de Noviembre de
mil novecientos tres.

Rio Branco

J. P. de Aguiar

Fernando E. Guinaballe

Claudio Pinilla



Tratado de Petrópolis: obra maior

Visto como o mais importante ajuste diplomático desde a Independência, o Tratado de Petrópolis foi considerado pelo próprio Barão do Rio Branco como sua maior vitória diplomática, como se pode ler na exposição de motivos assinada pelo chanceler:

“As decisões dos dois pleitos em que me coube a honra de defender os interesses do Brasil não acrescentaram, apenas mantiveram o patrimônio nacional (...). Verdadeira expansão territorial só há agora e com a feliz circunstância de que, para a efetuar, não espoliamos uma nação vizinha e amiga, antes a libertamos de um ônus (...), oferecendo-lhe compensações materiais e políticas (...). Com sinceridade, afianço a Vossa Excelência que para mim vale mais esta obra (...) do que as duas outras, julgadas com tanta bondade pelos nossos concidadãos.”



O *Deus Terminus* das fronteiras

40



Assinatura do tratado de retificação dos limites entre Brasil e Uruguai, 1909. Em pé, da esquerda para a direita: Zacarias de Góes, Guerra Duval, Araújo Jorge e Moniz de Aragão. Sentados: os chanceleres do Uruguai e do Brasil, respectivamente, Rufino Dominguez e Rio Branco.

Mapoteca do Itamaraty

A diplomacia do Império havia estabelecido as fronteiras, em termos definitivos, com apenas dois vizinhos: o Paraguai (1872) e o Uruguai (1851). Tratados preliminares foram assinados com o Peru (1851), Venezuela (1859) e Bolívia (1867). As vitórias nas arbitragens dos litígios de Palmas e do Amapá, alcançadas por Rio Branco mesmo antes de ser ministro, definiram os limites com a Argentina (1895) e com a França/Guiana Francesa (1900).

Durante a gestão de Rio Branco como ministro das Relações Exteriores, a fronteira com a Bolívia foi estabelecida de modo definitivo pelo Tratado de Petrópolis (1903) e, no contexto dessa discussão, foram alcançados acordos provisórios com o Equador (1904) e o Peru (1904),

enquanto não se definissem as fronteiras entre esses dois países e as do Peru com a Bolívia. Resolvida essa pendência, assinou-se o tratado definitivo com o Peru (1909). Com a Grã-Bretanha/Guiana Inglesa os limites foram resolvidos por arbitragem (1904) e com a Venezuela (1905), Holanda/Guiana Holandesa (1906) e com a Colômbia (1907), por negociações diretas com esses países. Como complemento de sua obra, Rio Branco promoveu a retificação dos limites acordados com o Uruguai (1909), concedendo ao vizinho o condomínio da lagoa Mirim e do rio Jaguarão.

Rui Barbosa, ao consagrar Rio Branco como o *Deus Terminus* de nossas fronteiras, ressaltou: “A sua obra não foi de ampliação, mas de retificação, de restituição, de consagração. Mas nem por isso é menor”.

“Se queremos hoje corrigir parte da nossa fronteira meridional em proveito de um povo vizinho e amigo, é principalmente porque este testemunho de nosso amor ao direito fica bem ao Brasil e é uma ação digna do povo brasileiro”





Comandante ao leme.

O Malbo, 01 ago. 1908. Autor: Lobão.

Coleção de Recortes do Barão do Rio Branco, Arquivo Histórico do Itamaraty



42



Rio Branco e o presidente argentino Julio Roca a caminho de Petrópolis, 1907.

Mapoteca do Itamaraty



Relações com a Argentina e o A.B.C.

A despeito do passado de antagonismos entre Brasil e Argentina, desde a época do Império, e de alguns incidentes e das desconfianças quanto às aquisições de armamentos navais pelos dois países, ao fim do período de Rio Branco as relações com Buenos Aires eram intensas e cordiais e o Barão, inclusive, buscou assinar com a Argentina e o Chile um tratado de não-agressão, entendimento e cooperação, que seria conhecido como o “Tratado do A.B.C.”, certamente o primeiro antepassado do MERCOSUL. O artigo primeiro desse acordo estabelece que os três países procurem “proceder sempre de acordo entre si em todas as questões que se relacionem com seus interesses e aspirações comuns e nas que se encaminhem a assegurar a paz e a estimular o progresso da América do Sul”.

O “Tratado do A.B.C.”, no entanto, acabaria sendo assinado apenas após a morte do Barão, por seu primeiro sucessor, Lauro Müller.

“Se conseguirmos firmar o A.B.C. nas bases desse tratado, teremos assegurada para sempre a paz na América do Sul”

Caso Panther

44



Gazeta de Notícias, 07 jan. 1906. Autor: Falstaff.

Coleção de Recortes do Barão do Rio Branco, Arquivo Histórico do Itamaraty

Entre dezembro de 1905 e janeiro de 1906 o Brasil esteve mobilizado em torno do chamado “caso Panther”. Em 27 de novembro de 1905, uma pequena tropa desembarcou do navio de guerra alemão *Panther* em Itajaí, Santa Catarina, à procura de um desertor, em clara violação da soberania brasileira. O Congresso, a imprensa e a opinião pública brasileiras deram ampla repercussão ao episódio e reagiram com indignação. As relações entre o Brasil e a Alemanha estiveram estremecidas e chegou-se a pensar em um rompimento.

De forma serena, mas firme, Rio Branco exigiu uma retratação da poderosa Alemanha, que acabou por apresentar explicações e desculpas no início de 1906. Ainda que tenha se tratado de um incidente isolado e de pequenas proporções, a satisfação das exigências brasileiras foi uma vitória de grande valor simbólico pela afirmação da soberania brasileira frente a uma grande potência em um momento histórico marcado pela exacerbação dos apetites imperialistas.

“Toda a América e o mundo acompanham com interesse esse incidente. As invenções e as exagerações só podem prejudicar-nos no estrangeiro, fazendo acreditar que perdemos a calma”

A aliança não escrita com os Estados Unidos

Ao contrário da distância mantida entre o Brasil e os Estados Unidos durante o Império, os governos republicanos buscaram, desde o início, uma aproximação maior com os Estados Unidos. Rio Branco deu continuidade e consistência a essa nova diretriz, ao ponto de posteriormente falar-se de uma “aliança não escrita” entre os dois países.

O gesto de maior simbolismo dessa orientação foi a elevação das representações diplomáticas, nos dois países, ao nível de embaixadas, em janeiro de 1905. Rio Branco indicou o diplomata e seu amigo pessoal Joaquim Nabuco para o posto de primeiro embaixador do Brasil em Washington.



O Sr. Elihu Root, ladeado por Pereira Passos e por Joaquim Nabuco, na Tijuca.
Arquivo Geral da Cidade do Rio de Janeiro



Elihu Root, secretário de Estado norte-americano. Junto com Rio Branco, foi presidente honorário da III Conferência Pan-Americana, no Rio de Janeiro, 1906.

<http://www.loc.gov/pictures/item/93516443/>
Acesso em: 7 jan. 2012.

“A verdade é que só havia grandes potências na Europa e hoje elas são as primeiras a reconhecer que há no Novo Mundo uma grande e poderosa nação com que devem contar”



O Barão e a projeção do Itamaraty

Transformar o Itamaraty na sala de visitas do Brasil foi também uma das metas de Rio Branco. O antigo palácio dos condes de Itamaraty, que havia sido a primeira sede da Presidência da República, foi transformado no palco de eventos de gala. Móveis, tapetes, obras de arte foram compradas. Paranhos não poupava despesas para os eventos em que buscava projetar uma imagem renovada do Brasil para os estrangeiros. Vem daí o comentário que se converteu em frase popular: “Dinheiro haja, senhor Barão!”

46

Em torno de Rio Branco e do Itamaraty circulavam os grandes escritores, intelectuais e artistas da época: Machado de Assis, Euclides da Cunha, Joaquim Nabuco, Rui Barbosa, Capistrano de Abreu, Oliveira Lima, João Ribeiro, Sílvio Romero, José Veríssimo, Clóvis Beviláqua, Graça Aranha, Aluísio Azevedo, Olavo Bilac e Pedro Américo, entre outros.



Jardins do Palácio Itamaraty na época do Barão
Museu Histórico e Diplomático





47

O Malbo, 16 jul. 1904. Autor: Jayme.

Coleção de Recortes do Barão do Rio Branco, Arquivo Histórico do Itamaraty

“O Brasil entrou resolutamente na esfera das grandes amizades internacionais, a que tem direito pela aspiração de sua cultura, pelo prestígio de sua grandeza territorial e pela força de sua população”





Uma Política Externa para o Brasil

48



Visita do presidente eleito da Argentina, Roque Sáenz Peña, 1910.

Mapoteca do Itamaraty

A partir da gestão de Rio Branco no Itamaraty, o Brasil passou a ter sua presença no cenário internacional definida pelo pacifismo, pelo não intervencionismo, pela confiança no direito internacional, pela busca das soluções negociadas e consensuais, e pela participação ativa nos mecanismos multilaterais. Um país de bem com seus vizinhos americanos, respeitoso, principista e orgulhoso dono de um vasto e rico território, balizado por fronteiras estáveis e aceitas por seus vizinhos, consolidadas sem manchas de sangue.

Desde então, as diretrizes adotadas pelo Barão do Rio Branco vêm sendo seguidas e confirmadas por seus sucessores no Itamaraty e já se tornaram parte da identidade internacional do Brasil.

“Estou persuadido de que o Brasil do futuro há de continuar invariavelmente a confiar acima de tudo, na força do Direito, e, como hoje pela sua cordura, desinteresse e amor à justiça, a conquistar a consideração e o afeto de todos os povos vizinhos em cuja vida interna se absterá de intervir”



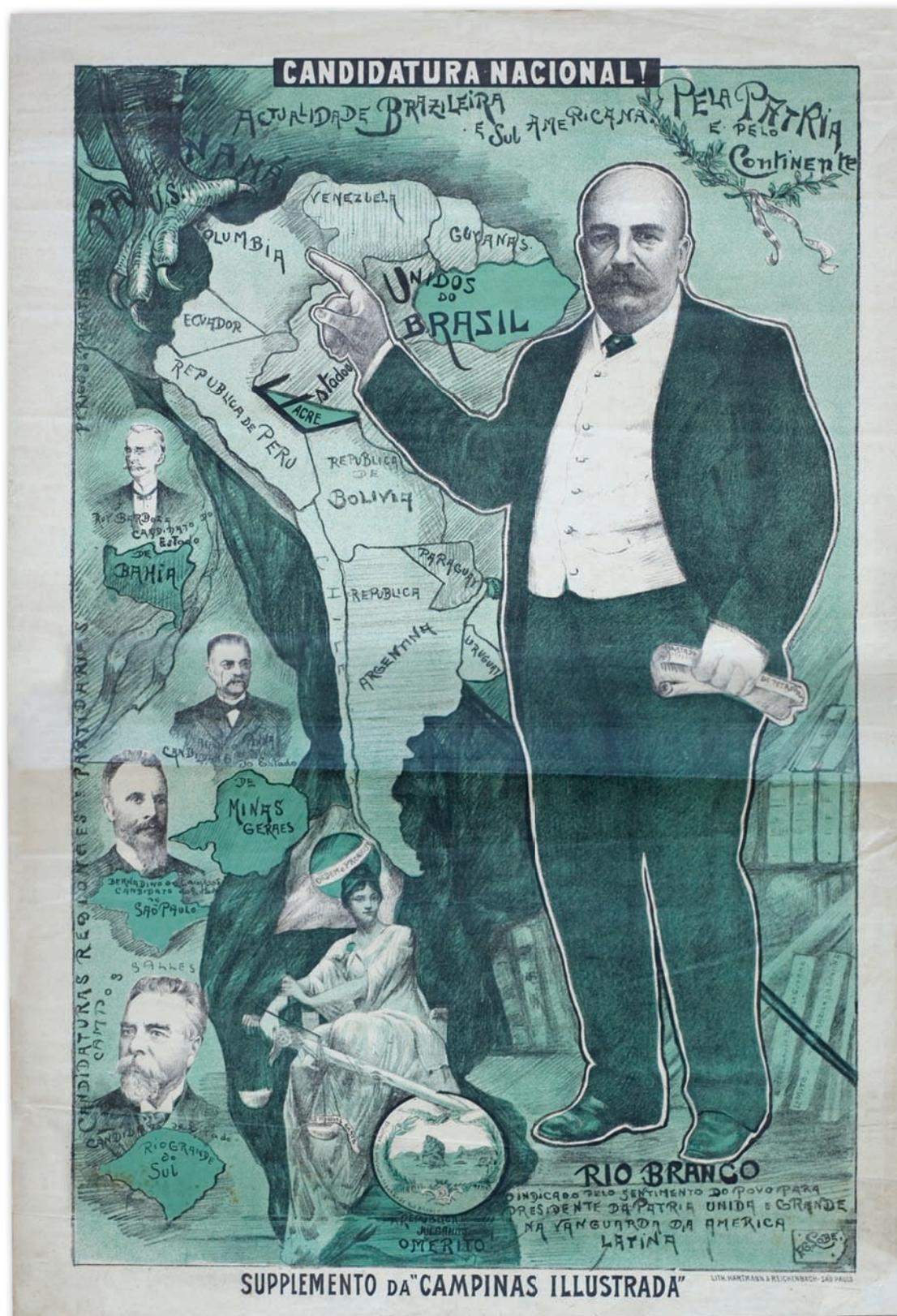


Rio Branco recebe o presidente eleito da Argentina, Roque Sáenz Peña, 1910.
Mapoteca do Itamaraty





50



Campinas Illustrada, 1909
Arquivo Histórico do Itamaraty



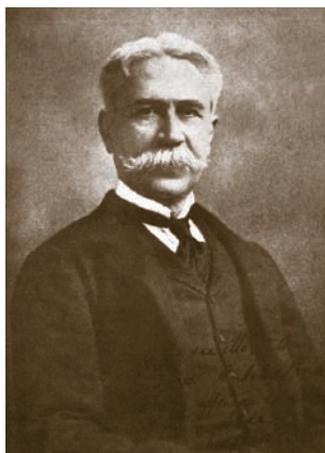
Rio Branco presidente da República?

Em 1909, começou-se a discutir a sucessão do presidente Afonso Pena e o nome de Rio Branco estava na boca do povo. Em 20 de abril, as comemorações populares pelo aniversário do Barão foram mais intensas do que nunca, mas em seu discurso de agradecimento ele reiterou não ter o desejo de participar da política interna. Ainda assim, em maio, Rui Barbosa lançou o nome de Rio Branco: “um nome universal; uma reputação imaculada; uma glória brasileira; serviços incomparáveis; popularidade sem rival; qualidades raras; o hábito de ver os interesses nacionais do alto, acima do horizonte visual dos partidos; extremoso patriotismo; ardente ambição de grandes ações; imunidade a ressentimentos políticos, dos quais teve a fortuna de se preservar; uma entidade, em suma, a todos os respeitos, singular para a ocasião, para o caso, para a solução providencial do problema. Era uma candidatura que seria recebida nos braços da nação e levada por ela em triunfo à presidência”.

O Barão, no entanto, mais uma vez, recusou concorrer à presidência.

“Candidato ou Presidente me lançava nas ondas da política militante, envolvia-me na voragem de todas as paixões e interesses humanos (...) e não teria como Presidente a força que hoje tenho como Ministro para dirigir as relações exteriores”

III Conferência Pan-Americana Rio Branco e Joaquim Nabuco



Joaquim Nabuco

http://www2.camara.gov.br/a-camara/conbeca/museu/noticias/exposicao-joaquim-nabuco/image/image_view_fullscreen. Acesso em 22 dez. 2011

Se na época do Império o Brasil manteve-se afastado das reuniões dos países americanos, a República inaugurou-se durante a I Conferência Pan-Americana (1889-1890), em Washington. Tendo o México sido sede da segunda reunião, coube ao Brasil organizar a III Conferência Pan-Americana, que se realizou no Rio de Janeiro, de 23 de julho a 27 de agosto de 1906. Era a primeira vez que o Brasil recebia um evento dessa grandeza e Rio Branco preparou a reunião com esmero. Junto com Joaquim Nabuco, que chefiou a delegação brasileira, o Barão cuidou de todos os detalhes da conferência, desde os temas que seriam abordados até as questões de protocolo.

As sessões foram realizadas no edifício então conhecido por Palácio de Saint Louis, cujas estruturas tinham servido para montar o pavilhão do Brasil na exposição realizada naquela cidade americana em 1904. Em homenagem ao espírito americanista que a conferência representava, o prédio foi rebatizado como “Palácio Monroe”.

Na página ao lado:

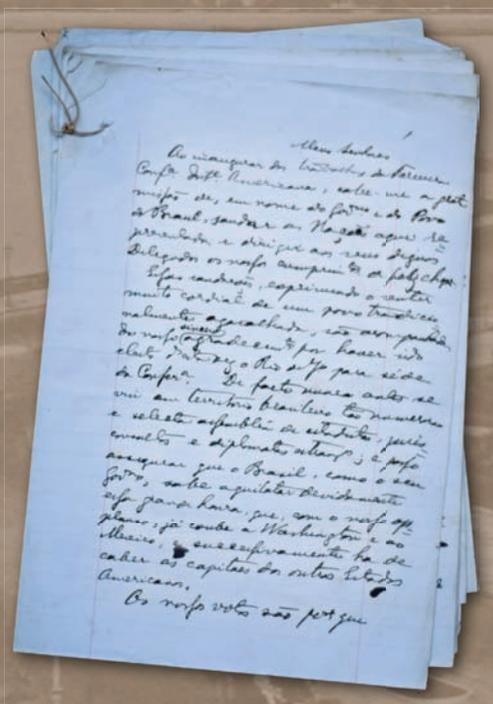
Minuta do discurso de abertura da
III Conferência Pan-Americana, 1906.
Arquivo Histórico do Itamaraty

Palácio Monroe

http://www2.camara.gov.br/a-camara/conbeca/camara-destaca/cinquenta-anos-da-camara-em-brasil/palacio-do-congresso-nacional/sedes-da-camara/Monroe%20fotografia%20externa.JPG/image_view_fullscreen. Acesso em 22 dez. 2011

“Os Congressos de hoje são quase sempre convocados em plena paz e sem constrangimento algum, e neles se atende por igual ao direito do mais fraco como ao do mais poderoso. Eles dão corpo e forma e autoridade à lei internacional.”

“Nações ainda novas, não podemos esquecer o que devemos aos formadores do capital com que entramos na concorrência social. A própria vastidão dos nossos territórios, em grande parte desertos, inexplorados alguns, e a certeza de que temos recursos para que neste continente viva com largueza uma população dez, vinte vezes maior, nos aconselhariam a estreitar cada vez mais as relações de boa amizade, a procurar desenvolver as de comércio com esse inexaurível viveiro de homens e fonte prodigiosa de energias fecundas que é a Europa. Ela nos criou, ela nos ensinou, dela recebemos incessantemente apoio e exemplo, a claridade da ciência e da arte, as comodidades da sua indústria, e a lição mais proveitosa do progresso”.

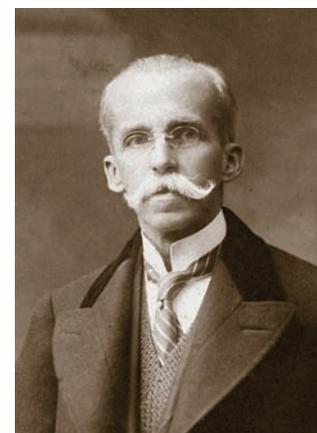




Conferência da Haia Rio Branco e Rui Barbosa

54

Em 1899, o Brasil não havia aceito o convite para participar da I Conferência da Paz da Haia e o México foi o único país latino-americano presente ao evento. Mas, em 1907, na segunda conferência participaram dezessete países latino-americanos, entre os quais o Brasil. Rio Branco indicou o nome de Rui Barbosa para chefiar a delegação brasileira. Foram diversos os assuntos tratados, mas o tema que dominou a conferência foi a discussão sobre a Corte Permanente de Arbitragem proposta pelo encontro anterior. As grandes potências queriam reservar para si os postos de juízes dessa Corte, que decidiria os grandes conflitos mundiais por meio da arbitragem.



Rui Barbosa.
Casa de Rui Barbosa



Plenário da II Conferência da Paz, na Haia.
Casa de Rui Barbosa





Rui Barbosa liderou o repúdio à proposta das grandes potências e esgrimiu como argumento, com grande brilhantismo, o princípio da igualdade das nações, pois “se os grandes Estados não se fiam na imparcialidade dos pequenos, por sua vez estes poderiam invocar razões para não confiarem na imparcialidade dos grandes”. Por sua atuação destacada, Rui recebeu da imprensa brasileira o título de “Águia de Haia” e o Brasil saiu engradecido com sua consagração como país defensor da igualdade das nações.

Mesmo opondo-se aos Estados Unidos e às potências europeias, a posição brasileira acabou por prevalecer e, ainda que houvesse a possibilidade de o Brasil ficar isolado na conferência, Rio Branco instruiu Rui a permanecer sempre firme na defesa de nossas posições:

“A nossa atitude é tal que mesmo ficando sós sairemos bem”

55



Recepção calorosa do Barão a Rui Barbosa, quando de seu retorno de Haia.

Casa de Rui Barbosa

— Venha de lá esse abraço, seu Rui! Olhe que você sabia melhor que a encomenda. Bravo! Bravíssimo!...





Retrato do Barão do Rio Branco.

Óleo de Cadmo Fausto de Souza, 1942.

Museu da República

Ex-libris do Barão do Rio Branco

Gravador: Agry

Centro de História e Documentação Diplomática



57

Parte II

O Barão na Cultura Popular



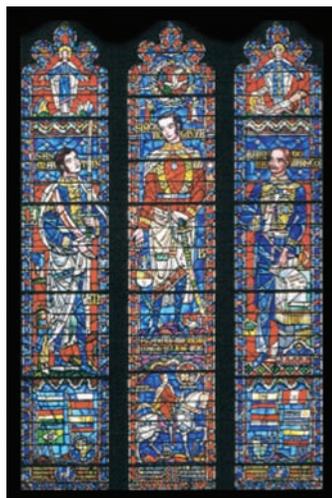
Rio Branco: modernidade e memória

As duas décadas finais do século XIX e as duas primeiras do século XX foram anos cruciais para a modernização do Brasil. As mudanças foram profundas e o país se transformou em passo acelerado: o fim da escravidão, a proclamação da República, a afirmação do “bando de ideias novas” promulgadas pela geração de 1870, as novas invenções, os novos comportamentos que surgiam ou se difundiam. O navio a vapor com hélice e casco de aço, o telégrafo, a lâmpada elétrica, o raio-X, o gramofone, a máquina de escrever, o cinematógrafo, o automóvel – as novas invenções estavam mudando a vida humana em ritmo nunca visto.

Rio Branco voltou ao Brasil em 1902, mesmo ano em que Pereira Passos assumiu a Prefeitura do Rio de Janeiro. O “bota-abaixo” promovido pelo novo prefeito transformou a capital – de traçado ainda colonial, ruas estreitas, prédios acanhados – com a abertura de grandes vias, como a Avenida Central, a Avenida Beira-Mar e a Avenida Atlântica. Demoliram-se centenas de casas e cortiços e muitos de seus milhares de habitantes passaram a morar nos morros cariocas. A acelerada urbanização da capital foi complementada com medidas de saneamento e de controle das epidemias. O sanitarista Oswaldo Cruz impôs a vacinação contra a febre amarela, a despeito de resistência de parte da população. Com o fim desta e de outras epidemias – cólera, peste bubônica e varíola –, a reforma urbana e o embelezamento da cidade, o Rio de Janeiro deixou de ser conhecido como a “cidade da morte” e, mais tarde, se firmaria sua nova fama de Cidade Maravilhosa.

O Barão do Rio Branco foi imensamente popular entre seus contemporâneos. Já em seu retorno ao Rio de Janeiro fora recebido por uma multidão e sua popularidade cresceu continuamente ao longo dos seus pouco mais de nove anos como chanceler. Era, para o povo, simplesmente “o Barão”, como se não houvesse nenhum outro. Para além de sua obra como estadista e diplomata, Rio Branco soube se identificar com aquele momento de transformações que varriam a capital e o Brasil. Um país que se afirmava no concerto das nações e fazia bonito nas grandes discussões internacionais. Um Brasil orgulhoso de si mesmo, pacífico e confiante no futuro.





Vitral de Rio Branco na Catedral de Washington

Entre 1949 e 1950, inaugurou-se na *Washington National Cathedral* um conjunto de vitrais para representar a harmonia da política externa estadunidense com seus principais aliados: a Inglaterra, o Canadá e a América Latina. Este terceiro vitral é um tríptico com, ao centro, uma imagem de Simón Bolívar, em trajes militares com a mão direita na espada ainda embainhada. Há referência ao encontro do Panamá, em 1826, como o Primeiro Congresso Pan-Americano. O vitral à esquerda traz a figura de San Martín, também em trajes militares, empunhando sua espada. À direita de Bolívar, o Barão do Rio Branco, ainda moço, vestindo fardão diplomático, segurando dois documentos, num dos quais se pode ler o lema adotado pelo Barão: *Ubique Patriæ Memor* (Onde estiver, sempre pensando na pátria).



Vitrais

Washington National Cathedral, Washington, D.C., Estados Unidos

Homenagens musicais

A Morte do Barão do Rio Branco (1912)

Intérprete: Serrano

*“O Brasil inteiro chora
De luto está o pavilhão
Com a morte inesperada
Do eminente barão*

*Dorme, meu grande Rio Branco
O sono da eternidade
Que tu foste da tua Pátria
O herói da liberdade*

*A morte do Rio Branco
Não foi só para os brasileiros
Foi sentida no universo,
E choram os estrangeiros*

Dorme, meu grande Rio Branco...

*O Barão do Rio Branco
Homem sempre imortal
Conquistou mais territórios
Para a bandeira nacional*

Dorme, meu grande Rio Branco...

*Todo brasileiro honrado
Os olhos enche de pranto
Quando tem recordação
Do nome do Rio Branco*

Dorme, meu grande Rio Branco...”

Ode a Rio Branco (1913)

Autor, intérprete:

Eduardo das Neves

*“Vestiu-se a Pátria de luto
Finou-se um grande luzeiro
O Barão do Rio Branco
Diplomata brasileiro*

*Chorai, minha Pátria amada,
O teu luto é de luzeiro
O sentinela avançada
Do pavilhão brasileiro*

*Na grandeza do saber
Quem o imite não há
Demonstrou-o nas Missões
e no caso do Amapá*

*Na luta sempre gritava
Ao nobre inimigo audaz
Por isso o mundo o chamava
O mensageiro da paz”*

As Cinco Estações do Ano (1933)

Autor: Lamartine Babo

Intérpretes: Carmem Miranda, com vozes de Lamartine Babo, Mario Reis e Almirante. Acompanhamento do Grupo do Canhoto

LB - *Antigamente eu banquei estação de águas*

*Hoje guardo as minhas mágoas num baú de tampo azul
Já fui fraquinha, mas agora já estou forte
Sou ouvida lá no Norte, quando o vento está no Sul
Transmite PRA-C (CCCC) Transmite PRA-C (CCCCC)*

MR - *Eu sou a Philips do samba e da fuzarca*

*Anuncio qualquer marca de trombone ou de café
Chega na hora do apito da sirene, grita logo a Dona Irene
Liga o rádio e vem “Cá... Zé
Transmite PRA-X (XXXX) Transmite PRA-X (XXXXXX)*

CM - *Sou a Mayrink popular e conhecida*

*Toda a gente fica louca, sou querida até no hospício
E quando chega sexta-feira, hein! Dona Clara
Sai até tapa na cara, só por causa do Patrício
Transmite PRA-K (KKKK) Transmite PRA-K (KKKKKK)*

LB - *Sou conhecida aos quatro cantos da cidade*

*Sou a Rádio Sociedade, fico firme, agüento o tranco
Adoro o clássico, odeio a fuzarqueira
Minha gente fui parteira do Barão do Rio Branco
Transmite PRA-A (AAAA) transmite PRA-A (AAAAAA)*

A - *Sou Rádio Clube, eu sou é home minha gente*

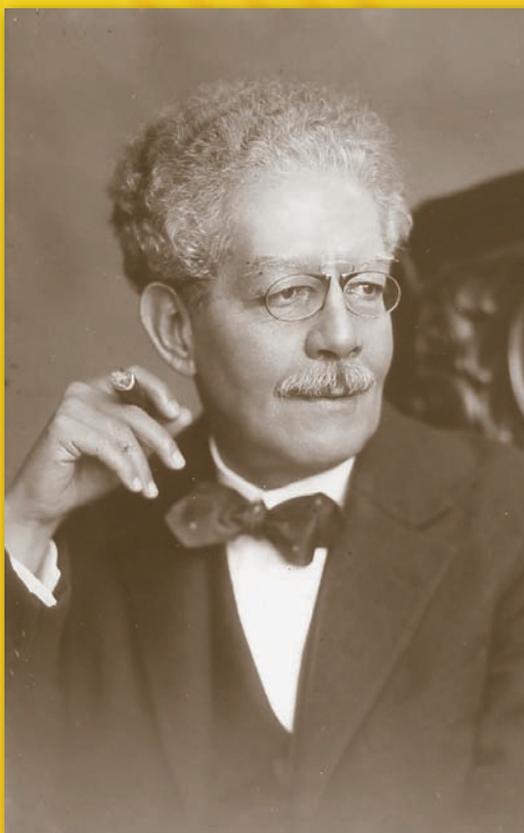
*Francamente sou do esporte, futebol me põe doente (gol!)
No galinheiro, se irradio para o povo,
cada gol que eu anuncio a galinha bota um ovo
Transmite PRA-B (BBBB) Transmite PRA-B (BBBBBB)*

A *Rádio Sociedade de Difonia* (PRA-2), de Roquete Pinto, o “Pai do Rádio Brasileiro”, cujas transmissões começaram em 1923, manteve durante anos o programa “Efemérides Brasileiras do Barão do Rio Branco - Notas de Ciências, Arte e Literatura”, baseado nos textos que o Barão havia preparado para o *Jornal do Brasil* na década de 1890.

O dobrado do Barão

Composto em 1904 pelo maestro Francisco Braga, o “Dobrado do Barão” é, desde então, uma música indispensável no repertório das bandas brasileiras. Ainda que nem todos associem a melodia ao Barão do Rio Branco, os acordes do “Dobrado” fazem parte da memória musical da maior parte da população brasileira.

Francisco Braga (1868-1945)



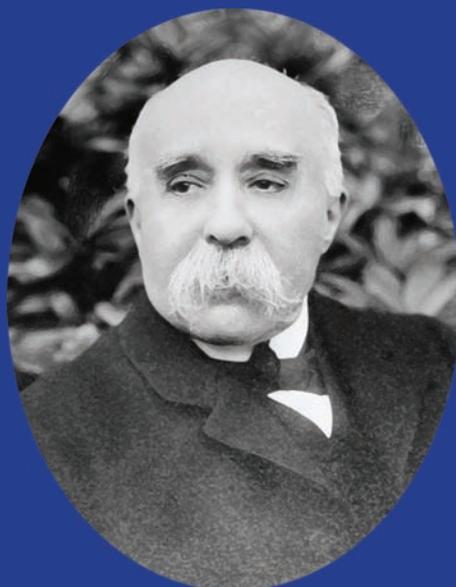
Escola de Música da UFRJ

“Braga nasceu no Rio de Janeiro em 1868, de origem humilde, mulato, fatos que felizmente não chegaram a prejudicar sua carreira musical. Aos oito anos foi internado no Asilo dos Meninos Desvalidos. Dirigiu a banda do asilo e já aos 19 anos sua Fantasia abertura foi apresentada por Carlos de Mesquita nos Concertos Populares.

Tinha 21 anos ao alvorecer da República e participou do concurso para o novo hino nacional, vencido por Leopoldo Miguez. Seu hino porém despertou maior entusiasmo do público do que o do vencedor, e as autoridades resolveram recompensá-lo com uma bolsa de estudos de dois anos para se aperfeiçoar na Europa. Viajou para Paris em 1890 e lá estudou com Jules Massenet. (...)

Em 1905 compôs um pequeno hino a pedido do prefeito Passos, com versos de Olavo Bilac, com o objetivo de ser utilizado nas cerimônias de hasteamento da bandeira nacional nas escolas públicas do Rio de Janeiro. A peça foi estreada a 15 de agosto de 1906, no concerto sinfônico em homenagem ao III Congresso Pan-Americano, e desde então se espalhou por todo o país e acabou adotada pelas autoridades militares como Hino à Bandeira. São páginas plenas de sadio entusiasmo patriótico.”

Vasco Mariz



“Le baron - c'est ainsi qu'on le désigne communément - jouit d'une autorité souveraine en matière de politique extérieure. Amis et adversaires lui laissent le champ libre à cet égard, et tout le monde paraît d'accord pour vanter ses qualités supérieures de diplomatie avisée.”

(O barão – é assim que comumente o chamam – goza de autoridade soberana em matéria de política externa. Amigos e adversários deixam-lhe o campo livre em relação a isso e todo mundo parece estar de acordo em elogiar a qualidade superior de sua diplomacia perspicaz.)

Georges Clemenceau

Georges Clemenceau

<http://www.loc.gov/pictures/item/ggb2004007474/>. Acesso em 17 jan. 2012



“C'est si bon de vaincre, vous le savez
mieux que personne,
Monsieur le baron!”



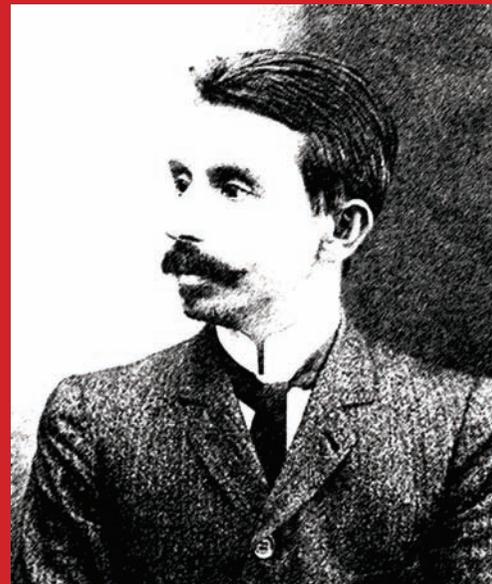
(É tão bom vencer, o senhor sabe disso
melhor do que ninguém, senhor Barão!)

Sarah Bernhardt



Sarah Bernhardt

*<http://dobrasvisuais.wordpress.com/2011/05/02/desempacotando-minha-biblioteca-mauricio-lissovsky/>
Acesso em 30 nov. 2011*



“Felizmente continuo a olhar para o Ministro a quem tenho servido — o único grande homem vivo desta terra — com a mesma admiração e simpatia. E até com assombro: é lúcido, é gentil, é trabalhador, e traça na universal chateza destes dias uma linha superior e firme de estadista”.

Euclides da Cunha

Euclides da Cunha

http://pt.wikipedia.org/wiki/Ficheiro:Euclides_da_Cunha.jpg. Acesso em 28 dez. 2011

EBAL

Especializada em
publicações para
Paraná, Mato e
Ciancio

Editora Brasil-América Limitada

Nº 14 + SETEMBRO-OUTUBRO 1959 + Cr\$ 20.00

Grandes Figuras

EM QUADRINHOS

BARÃO DO RIO BRANCO

CHANCELER DA PAZ

(Quadrinização da Obra 'Rio Branco',
de ALVARO LINS, da Academia Brasileira
de Letras)

Em 1906 assumiu o governo o Presidente Afonso Pena e na sua pasta das Relações Exteriores o Ministro Ruy Barbosa.

Senhor Ministro, quero participar-lhe que, cedendo às suas sugestões, escolhi o Senador Ruy Barbosa para chefe de nossa missão à Conferência da Paz a realizar-se em Haia.

Em 1908, o Barão do Rio Branco terminara com as questões de limites...

Era afável e ninguém...

Não
vida p
amei a r

Já construí o mapa do Brasil. Agora o meu programa é contribuir para a união e a amizade entre os países sul-americanos. Uma das colunas dessa obra deverá ser o A. B. C., isto é, o entendimento cordial entre Brasil, Argentina e Chile.

Sua popularidade era imensa, considerando-o pelos seus feitos com simpatia e respeito...

Boa tarde,
Senhor Barão.

nso Pena, conservan-
ministro Rio Branco.



Rio Branco mandou preparar para uso de Ruy Barbosa, na conferência, um amplo "dossier", com tratados, convenções, documentos, notas e todo material possível relativo ao assunto da reunião. Deu-lhe informações...



Vou apresentá-lo ao Barão de Selir, que talvez seja o melhor auxiliar seu no que respeita à própria Holanda e ao corpo diplomático de Haia.

A vitória de Ruy na Conferência de Haia foi completa. Ao voltar, procurou o Ministro Rio Branco...



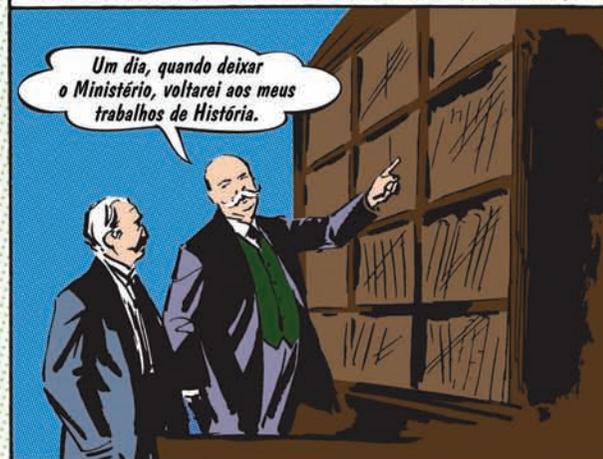
Nunca poderíamos chegar ao resultado obtido se eu não contasse com a firmeza do seu apoio e o concurso de suas luzes, do seu zelo e do seu patriotismo!

Era afável e reservado, ao mesmo tempo. Não se expandia com ninguém sobre os assuntos de sua intimidade...



Não me sentia feito para as posições de realce, para as lutas da vida pública, e só desejava que de mim se pudesse dizer, um dia, que amei a minha terra e a minha gente, que nunca abriguei, no meu coração, contra ninguém, uma partícula de malquerença ou ódio.

Tinha amor a seus livros, suas obras raras, e às suas anotações.



Um dia, quando deixar o Ministério, voltarei aos meus trabalhos de História.

Reuniu à sua volta, ou deu serviço, no Itamarati, aos mais prestigiosos intelectuais e artistas da sua época: Machado de Assis, Joaquim Nabuco, Ruy Barbosa, Euclides da Cunha, Capistrano de Abreu, Oliveira Lima, João Ribeiro, Sílvio Romero, José Veríssimo, Clóvis Bevilacqua, Domicio da Gama, Graça Aranha, Aluizio Azevedo, Olavo Bilac, Pedro Américo...



ndo-o os brasi-



A saúde do Barão do Rio Branco, seriamente abalada, sofreu um golpe que lhe apressou a morte, por ocasião do bombardeamento da Bahia, a 10 de janeiro de 1912.



José Marcelino, soufri muito com o bombardeio! Não tinha cara para receber os representantes das Nações estrangeiras!

CONTINUA...

O Rio de Janeiro na época do



Demolição do Morro do Castelo, 1905.
Vista geral da enseada da Lapa e da Glória, 1906.
Trecho do Jardim da Glória.
Fotos: Augusto Malta
Arquivo Geral da Cidade do Rio de Janeiro

Construção da Avenida Central, 1905.
Avenida Beira-Mar, Lapa, 1906.
O novo jardim do Largo do Machado, 1905.
Fotos: Augusto Malta
Arquivo Geral da Cidade do Rio de Janeiro

Pereira Passos, prefeito do Rio de Janeiro, e o Barão do Rio Branco.
Foto: Augusto Malta
Mapoteca do Itamaraty

Barão



Decreto nº 253 - de 14 de Fevereiro de 1910

Da a denominação de Avenida Rio Branco à actual Avenida Central

O Prefeito do Distrito Federal:

Considerando que os inestimáveis serviços prestados à Pátria pelo invictível Barão de Rio Branco plenamente justificam todas as homenagens que lhe foram tributadas;

Considerando que a cidade de Rio de Janeiro, sede e templo de inextinguível estabulista, gale e de ser se presta de as maiores homenagens;

Chamado das atribuições que a si lhe sempre, devota;

Artigo único - A Avenida Central passa a ter a denominação de Avenida Rio Branco

Rio de Janeiro, 14 de Fevereiro de 1910, 24: da Republica

J. M. de Albuquerque Maranhão

Avenida Central, 1910.

Decreto de mudança de nome da avenida Central para avenida Rio Branco.

Arquivo Geral da Cidade do Rio de Janeiro



Barão do Rio Branco e a construção do Palácio Monroe.

Autor: A. Agostini

Museu Histórico e Diplomático



LÁ VAI BARÃO!



O programa *O Planeta dos Homens*, da Rede Globo de Televisão, que foi transmitido de 1976 até o início de 1982, teve um de seus quadros mais populares marcado pelo bordão “Lá vai Barão!”. Era uma referência à imagem do Barão do Rio Branco estampada na cédula de mil cruzeiros, a de maior valor da época. O “Barão” tornou-se, na linguagem popular, sinônimo de dinheiro.

BARÃO DO RIO BRANCO



1 – 5 mil réis, 1913. Cores predominantes: preto e policromia. Reverso: Alegorias da Indústria e Comércio.

2 – 5 mil réis, 1923. Cores predominantes: preto e verde. Reverso: Armas da República.

3 – 5 mil réis, 1925. Cores predominantes: azul e policromia. Reverso: Alegoria da Indústria e Comércio. Brasil grafado com “z”.

4 – 5 mil réis, 1942. Cores predominantes: azul e policromia. Reverso: Alegoria da Indústria e Comércio.

5 – 5 cruzeiros, 1942. Cores predominantes: azul e policromia. Reverso: Alegoria da Indústria e Comércio. Aproveitada para o padrão cruzeiro, recebendo a dupla impressão na cor azul em forma de rosácea com os dizeres: “CASA DA MOEDA 5 CRUZEIROS”.

6 – 5 cruzeiros, 1943. Cores predominantes: azul e policromia. Reverso: Conquista do Amazonas.

7 – 5 cruzeiros, 1953. Cores predominantes: marrom e policromia. Reverso: Conquista do Amazonas.

8 – 1.000 cruzeiros, 1978. Cores predominantes: verde oliva e marrom. Reverso: Delimitação de fronteiras.

9 – 1.000 cruzeiros, 1981. Cores predominantes: marrom e azul. Reverso: Delimitação de fronteiras.

Postais e selos comemorativos



Coleção de cartões-postais comemorativa do centenário de nascimento do Barão do Rio Branco, 1945.
 Diretoria do Patrimônio Histórico e Documentação da Marinha do Brasil



Selos comemorativos



73

Parte III

Adiaram o Carnaval





Rio Branco foi retratado pelo cinema brasileiro, ainda em vida, com exibição do documentário *Manifestação ao Barão do Rio Branco*, de Annibal Requião, no cinema Édén, em Curitiba, em março de 1911.

O filme *Barão do Rio Branco – A Nação em Luto*, que teve trechos apresentados na última seção da presente exposição, registra imagens da reação popular e das homenagens do corpo diplomático e do presidente Hermes da Fonseca e seus ministros participando do velório de Rio Branco. Também no ano de sua morte, a “Photo-Cinematographia Brasileira” preparou um documentário de 48 minutos, bastante longo para os padrões da época, sobre Paranhos. *A Vida do Barão do Rio Branco* estreou no cinema Radium, em São Paulo, a 13 de maio de 1912.

Não por acaso, o Barão esteve tão presente nessas primeiras décadas do cinema brasileiro. A modernidade estava, então, representada pela sétima arte, que dava seus passos iniciais, e também por Rio Branco – em alguns sentidos um estadista do século XIX, mas em outros um vanguardista na diplomacia e na política. A figura do Barão identificava-se com as rápidas transformações que o Brasil estava vivendo e ele soube adequar a política externa brasileira ao novo mundo que se abria naquele começo de século XX. Resolveu,

de forma pacífica e sensata, as discussões sobre limites herdadas do Império. Atualizou a inserção do Brasil nas Américas e no mundo. Consolidou uma tradição, que vem sendo honrada, de um país amante da paz e confiante no direito e nas instituições internacionais. O Brasil de Rio Branco é um país do qual os brasileiros têm justas razões para se envaidecer e seus concidadãos também se orgulham do patrono da diplomacia brasileira.

Ao desembarcar no Rio de Janeiro, em 1º de dezembro de 1902, para assumir seu cargo de ministro das Relações Exteriores, Rio Branco foi recebido por uma grande multidão em meio a uma entusiástica festividade. Sua popularidade só fez crescer ao longo de seus pouco mais de nove anos à frente do Itamaraty. Ao lado do estadista e do poderoso homem público, o “Barão” – como ficou conhecido dos brasileiros – tornou-se uma figura querida do imaginário popular. Sobre isso, Álvaro Lins, um de seus principais biógrafos, assinalou:

(...) sua popularidade, no Brasil, era mais extensa, mais constante, mais entusiástica do que a de qualquer outra figura do presente ou do passado. Nenhum outro nome aparecia tanto nos jornais e nas reuniões quanto o seu; os caricaturistas esforçavam-se para fixar-lhe os traços porque a caricatura do Barão interessava sempre o público; corriam atrás dele os fotógrafos das revistas





Fotogramas do filme “Barão do Rio Branco - A Nação em Luto”.
Brazil Films/P. Botelho & Cia, 1912. CTA/MinC

ilustradas; e o orador medíocre para obter aplausos num comício não precisava senão invocar-lhe o nome a qualquer propósito. Tudo o que ele fazia era comentado; falava-se não só dos seus grandes atos, mas dos seus pequenos hábitos, manias e fobias: a desordem do seu gabinete de trabalho, o seu prazer em matar mosquitos com uma vela e atirar água fria nos

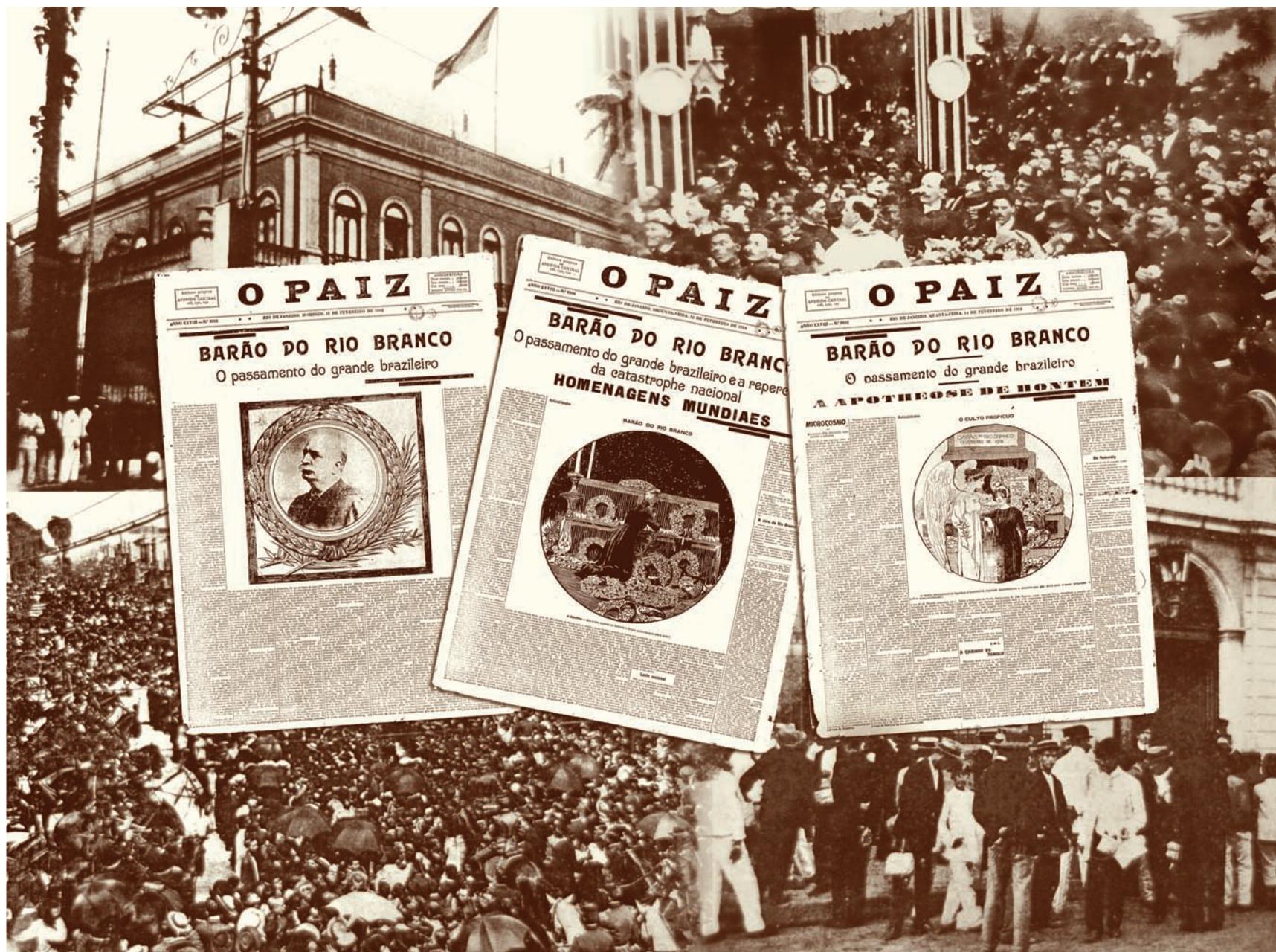
gatos, o seu horror aos elevadores, as suas distrações, os seus esquecimentos. Tinha passado à categoria dos personagens a respeito dos quais a imaginação popular amplia os fatos até o levantamento das lendas.

A figura de Rio Branco projetou-se na cultura brasileira: no cinema, no rádio, na televisão, em histórias em quadrinhos, na música e na literatura. Também se incorporou à imagem do Estado brasileiro: como personificação da diplomacia nacional, na iconografia oficial das cédulas, moedas e selos, em muitos monumentos públicos – erguidos em muitas urbes brasileiras e até no exterior – e em nomes de escolas, ruas, avenidas, praças e cidades pelo Brasil a fora e nos países vizinhos. Quando se fala da cidade de Rio Branco, por exemplo, pode-se estar referindo à capital do Acre, com justiça batizada em sua homenagem, ou à cidade do mesmo nome no departamento de Cerro Largo, no Uruguai. Quantos diplomatas, de qualquer nacionalidade, têm a honra de emprestar seu nome a cidades estrangeiras?

A morte do Barão do Rio Branco, no dia 10 de fevereiro de 1912, paralisou o Rio de Janeiro. As diversões públicas foram canceladas e o comércio carioca fechou suas portas. Na manhã daquele sábado, uma multidão reuniu-se na porta do Palácio Itamaraty, onde falecera, em seu gabinete de trabalho, o querido Barão. O corpo foi velado nos salões do próprio Palácio e visitado por personalidades e por populares. Se no dia de sua chegada à capital carioca, depois de 26 anos no exterior, Rio Branco havia sido recebido por milhares de pessoas, também uma multidão acompanhou seu cortejo fúnebre e o enterro no cemitério do Caju.

A morte de Rio Branco repercutiu intensamente nos jornais e na opinião pública. O jornal *O Paiz*, por exemplo, fez que





Jornal *O Paiz* de 11, 12 e 14 de fevereiro de 1912

Biblioteca Nacional

Funerais do Barão do Rio Branco

Mapoteca do Itamaraty





as primeiras páginas de suas edições de domingo até a quarta-feira, dia 14, um dia depois do enterro, fossem dedicadas inteiramente ao falecimento do Barão em uma série de reportagens intitulada “Barão do Rio Branco: passamento do grande brasileiro”. Na edição de domingo, 11 de fevereiro, o jornal assinalou:

A morte de Rio Branco não representa só um desastre irreparável para o Brasil, mas uma perda para a civilização americana. Servindo seu país com uma inteligência brilhante, uma energia fecunda e uma abnegação exemplar, ele honrou a cultura do continente pela sua obra extraordinária de apologia do direito, regulando pela arbitragem velhas pendências internacionais e realizando o milagre de estender o nosso território de forma definitiva e simultaneamente estreitar com os povos litigantes relações de amizade mais duradoura. Chamou-se-lhe com razão o maior dos brasileiros, porque nenhum do tempo em que a Nação assim o vitoriava dispunha de um ativo tão precioso de campanhas intelectuais, feridas com glorioso êxito em benefício da grandeza da Pátria.

A *Revista da Semana*, popular hebdomadário publicado aos sábados, fez circular uma edição extra, na quinta-feira, dia 15, em que registrou a trágica perda do dia 10 de fevereiro:

Às 9 horas da manhã, José Maria da Silva Paranhos, Barão do Rio Branco, o grande brasileiro, o patriota exemplar, o glorioso Estadista, o forte Chanceler, o Pacifista, o Barão como lhe chamava o seu maior amigo – o Povo – deixou a vida, em que se morre, para entrar na Morte, aonde há Vida eterna para os do seu valor...

O governo decretou luto oficial de oito dias e na segunda e terça-feira as repartições públicas estiveram fechadas. Até os festejos de Momo foram afetados. O carnaval começaria no sábado

seguinte, dia 17. Abriu-se uma grande discussão sobre a conveniência de se cancelar, ou pelo menos adiar, o carnaval de 1912 em face do luto pela morte de Rio Branco. Os partidários da medida arguíam que os festejos poderiam dar razão a confronto entre os foliões e os patriotas em luto e poderiam gerar violência pela ofensa dos brios nacionalistas e do pesar dos brasileiros.

A solução foi adiar o carnaval para o período entre os dias 6 e 10 de abril, imediatamente depois da Semana Santa. Em fevereiro, a festa nas ruas, se houvesse, não poderia ser impedida, mas os bailes nos clubes e os desfiles da terça-feira de carnaval dependiam de licenças da prefeitura. O prefeito do Rio de Janeiro decidiu: “Sou pessoalmente contra o carnaval neste momento e adio as licenças até abril. O povo que faça o que melhor lhe parecer”.

Um cronista da época relatou, com muita graça, a rápida evolução dos fatos e o fracasso da tentativa de adiar o carnaval:

O primeiro carnaval foi adiado, em virtude de um tácito acordo entre governo e governados, como sinal de profundo pesar pela morte daquele a quem a Nação inteira chamou o maior de seus filhos. Realmente, a perda do barão do Rio Branco foi tão sentida, que a todos os seus compatriotas pareceu um dever primário nas manifestações de luto nacional o adiamento dos folguedos carnavalescos.

Entretanto, os dias se passaram, trazendo todos eles a marca de uma dor sem igual no país inteiro. As atenções estavam tristemente presas ao mesmo sentimento doloroso. Nas lojas que continham sortimento de artigos para o carnaval – e para os quais o carioca olhava com patriótica indiferença – nenhum instrumento alegre ousava vibrar, nenhuma gaita cantava, não se ouvia o rufo de um tambor...





Todos constatavam, com secreto orgulho, a unanimidade do sentimento em que o país mergulhara.

– Haverá carnaval? Perguntava o derradeiro hesitante.

– Qual! Ninguém pensa nisso. Nem se fala...

O sábado, véspera do domingo gordo, chegou. O dia passou como os outros: as bandeiras continuaram envoltas em crepe, à meia driça, e as portas se mantiveram cerradas.

À noite – uma noite certamente de sufocante calor, que obrigava a procurar a rua, o ar livre – o centro da cidade recebeu maior número de passantes que as noites anteriores. Muita gente a pé, muita gente de carro, muita gente de automóvel. E só.

O domingo apareceu de bom tempo, mas, ardente. O calor, sendo mais forte, antecipou a saída para o ar livre das ruas. A cidade encheu-se muito cedo. A noite encontrou as avenidas entupidas de gente, que queria desabafar.

– Que faz aqui?

– Vim respirar. Em casa torrava.

E toda a gente ia e vinha, de uma extremidade à outra das ruas, no seu inofensivo passeio.

Um vendedor ambulante arriscou o primeiro grito:

– Olha o lança-perfume! Olha a serpentina!

Pronto! Nada mais foi preciso. A cidade transformou-se. O grito do pregoeiro foi o advento do carnaval. Em um minuto, toda aquela multidão ostentou seu tubo de vidro contendo éter

perfumado e começaram imediatamente as escaramuças, que logo se generalizaram em batalhas. As serpentinas coleavam nervosas, de um carro a outro carro, do solo às altas sacadas, e assim se estabeleceu, de chofre, o primeiro carnaval do ano.

Nos dois dias restantes ninguém mais se deu ao trabalho de fingir que ia tomar fresco. Quem saía de casa dizia francamente para onde e o que ia fazer.

Assim, em 1912, os cariocas brincaram dois carnavais. A *Revista da Semana* não deixou de fazer circular sua tradicional edição de carnaval em fevereiro, na qual seu editorial zombou da tentativa das autoridades de fazer do luto – verdadeiro e sentido – pela morte do Barão um obstáculo para a celebração popular: “O povo que sentiu mais, mas muito mais, muitíssimo mais do que eles o golpe rude que sofreu o Brasil, compreendeu bem que não havia desrespeito ou ingratidão em vir para a rua animá-la com seus folguedos prediletos”. O segundo carnaval, em abril, foi igualmente vibrante e a irreverência popular não deixou de imaginar, em uma das marchinhas que alegraram a nova festa, a continuidade dos carnavais de 1912 com a morte também do presidente, o marechal Hermes da Fonseca:

*Com a morte do Barão
Tivemos dous carnavá;
Ai que bom! Ai que gostoso!
Se morresse o Marechá!*

Luís Cláudio Villafañe G. Santos
Curador



“Pois, às 9 e 10 da manhã de 10 de fevereiro de 1912 – e o seu criado Salvador fez parar nesse momento o relógio do Itamaraty – morria o Barão do Rio Branco, na sala em que vivera e trabalhara durante os últimos nove anos. (...) Lá fora, a população, quase toda com roupas e emblemas de luto, manifestava sua dor. Nas palavras da imprensa, no espetáculo do enterro, nas manifestações aparecidas no Brasil e nos países da América, em tudo já se antevia que aquilo não era o fim, mas o começo de alguma coisa. Efetivamente, ali começava agora a mais autêntica existência de Rio Branco: a existência imaterial e histórica, contra a qual não teriam forças nem a morte nem o tempo.”

Álvaro Lins

